



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA
REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO DE 2026

Ata n.º 09

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 19:30 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, por convocatória de dezanove de junho, sendo a Mesa Composta por: -----

Presidente da Assembleia Municipal: Luna Silva; -----

Primeiro-Secretário (em regime de substituição): Nuno Filipe Ricardo Cabrita; -----

Segundo-Secretário: António Mariano dos Santos Henriques Maia Alves; -----

e com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação das atas de 21-04-2026 e 29-04-2026; -----

PONTO TRÊS: Tomada de conhecimento dos **apoios concedidos às Juntas de Freguesia do concelho**; -----

PONTO QUATRO: Tomada de conhecimento da **relação dos compromissos plurianuais assumidos pelo Presidente da Câmara**; -----

PONTO CINCO: Tomada de conhecimento do **sistema de Controle Interno – Criação de novo serviço emissor**; -----

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal da autorização prévia prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico, aprovado pela Lei 75/2013, referente à **proposta de Reversão do Direito de Superfície – Cooperativa Martrain, CRL**; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à repartição de encargos do **Contrato de Arrendamento – Prédio sito na 5 de outubro, Paderne**, até ao limite de 10 800,00€ + IVA; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à candidatura **“Participação como Investidor Social no Projeto “Inclusão + Albufeira Próxima”, da Associação in Loco – Alteração de valores e repartição de encargos**; -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal da autorização prévia prevista no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à repartição de encargos da **Empreitada de Alteração e Ampliação do Jardim de Infância da Correeira**, pelo valor de 2.121.379,57€ + IVA; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, conforme previsto no artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, referente à **alteração dos representantes do Conselho Municipal de Educação**; -----

PRESENÇAS: Luna Silva, Desidério Jorge da Silva, Carla Alexandra dos Santos Vieira, António Mariano dos Santos Henriques Maia Alves, Helena Maria Palhota Dias Simões, Beatriz Alves Pereira, Domingos Manuel Martins Coelho, Ana Filipa Simões Grade dos Santos Pífaros Dinis, Margarida Maria Jorge Guilherme, Luis Manuel Correia Rodrigues, Dário Manuel dos Santos Ramos Pereira, Maria José Nobre Leote, Henrique Manuel Cabrita Coelho, Luis Matias Afonso, Maria Isabel



Rodrigues Gonçalves dos Santos Rodrigues, Otelio Guerreiro Cabrita, Flávia Rodrigues Pereira, Nuno Filipe Ricardo Cabrita, Nelson José Guerreiro Cachita, Hugo Miguel Isidro Aires, Alberto Esteves do Rego Saraiva, bem como os Presidentes da Junta de Freguesia de Ferreiras – Joana Mascarenhas, de Paderne – Rita Coelho, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia da Guia – José Cabanita. -----

Faltas: Jorge Loureiro, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Presidente da Junta de Freguesia da Guia. -----

Substituições: Face aos pedidos de substituição apresentados pelos membros, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista, Beatriz Pereira, Andreia Santos e José Cabanita. -----

Registou-se ainda, a presença do Presidente da Câmara Municipal, Rui Celestino dos Santos Cristina e dos Vereadores, Jorge Manuel Aleluia Clemente Carmo, Maria Cristina Monteiro Rosquilha Corado, Rogério Pires Rodrigues Neto, Ana Cristina Neves Pinto de Oliveira, Cláudia Cristina Dias Guedelha e Victor de Oliveira Ferraz. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), a Presidente da Assembleia deu início à sessão informando que a sessão irá ser gravada e transmitida em direto para o canal YouTube. -----

Presidente da Assembleia: “Na minha pessoa cumprimento o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, a Mesa composta em regime de substituição, na pessoa do Primeiro-Secretário, Senhoras deputadas, deputados, ilustres Presidentes de Junta de Freguesia, Senhor Vice-Presidente, Senhoras Vereadoras, Senhores Vereadores, gabinete de apoio à Assembleia Municipal, equipa de informática e som, os munícipes aqui presentes e os que nos assistem em casa. Antes de avançar para as intervenções do público a Mesa da Assembleia propõe ao plenário um minuto de silêncio de solidariedade pelas vítimas dos dois terremotos na Venezuela.” -----

Fez-se um minuto de silêncio. -----

PERIODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

Manuel Merceano: “Boa noite Senhora Presidente da Mesa, Senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, minhas senhoras e meus senhores, a todos boa noite. Senhor presidente Rui Cristina, hoje não lhe vou pedir opiniões, vou pedir respostas claras, sem rodeios e espero, sem a habitual fuga, para o politicamente conveniente. A questão prende-se com aquilo que muitos albufeirenses já ouviram falar, mas continua envolto num manto de silêncio. Existe ou não cartões bancários destinados a despesas de representação? Quantos são? São doze ou mais ou menos e qual o plafom atribuído a cada um? É verdade que, ascende a cinco mil euros por cartão, renovados de dois em dois meses? Os valores são diferentes ou são estes? Senhor Presidente, quem são concretamente os titulares destes cartões? Quais os membros do executivo que os têm? Quais os funcionários municipais? Pergunto-lhe igualmente e, de forma muito direta, a sua irmã também é titular de um destes cartões? E, já agora, se não há nada a esconder, está disponível a divulgar publicamente a listagem dos titulares, os regulamentos que autorizam a sua utilização e o detalhe das despesas realizadas, naturalmente nos termos legalmente permitidos? Porque quando se trata de dinheiros de contribuintes, a transparência não é um favor, é uma obrigação. Os albufeirenses têm o direito de saber onde foi gasto cada euro e, de concluir por si próprio, se essas despesas serviram o

interesse público ou apenas interesses particulares. A segunda questão, Senhor Presidente, tem circulado há muito tempo, referências à existência de um alegado acordo político estabelecido antes das eleições, entre sua excelência e o seu compadre, o Senhor Florival, não lhe estou a fazer nenhuma acusação, atenção, estou sim, a dar-lhe uma oportunidade para esclarecer hoje e perante esta Assembleia e perante todos os albufeirenses se existe ou não, qualquer compromisso político, entendimento pré-eleitoral que possa justificar dúvidas e ou suspeições. Faço por uma razão simples, prefiro ouvi-lo esclarecer este assunto hoje, pela sua própria voz, do que ter que ser eu numa próxima Assembleia a desenvolver esta matéria, caso continue sem resposta. Finalmente, quero recordar-lhe as bandeiras políticas do partido que o conduziu à Câmara de Albufeira, o Chega, independentemente de afirmar que não é militante desse partido, foi com o seu apoio político que chegou ao cargo que hoje ocupa. E, esse partido apresenta-se perante os portugueses como o partido que combate a corrupção, ao nepotismo e o tráfico de influências. Por isso, pergunto-lhe o que é que representa para si a corrupção? Qual é a sua posição relativamente ao nepotismo e, qual é o seu entendimento sobre o tráfico de influências da administração pública? O mais importante ainda, que garantia concreta pode dar hoje aos albufeirenses que estes princípios não são apenas slogans eleitorais, mas critérios efetivos de forma como exerce as suas funções de Presidente da Câmara Municipal de Albufeira? Porque os cidadãos não querem discursos, nem Tik-Toks, nem vídeos de Facebook, os albufeirenses querem ou elegeram, ou não elegeram um influencer, mas elegeram sim um Presidente. Os albufeirenses querem transparência, os albufeirenses querem prestação de contas e querem poder confiar em quem administra o seu dinheiro e que o faz com absoluto rigor, independência e respeito do interesse público. Fico a aguardar respostas relativamente a cada uma das questões que lhe coloquei. Sabendo eu que, o senhor Presidente não vai responder, sabendo eu que, vai dizer que eu estou aqui a fazer campanha eleitoral, e coloco-lhe já outra questão, mas estamos em campanha eleitoral? Ainda não, mas não falta muito. Muito Obrigado.” -----

João Pedro Madeira: “Boa noite Senhor Presidente, Senhor Vice-Presidente, Senhora Vereadora, António Maia, mais colegas que aqui estão advogados, esta não sei se é a quarta ou a quinta. Desde já peço desculpa, a última reunião que vim aqui, eu não estava em condições, mas não quis deixar faltar, sai um pouco atrapalhado, não pela reunião em si, mas por situações pessoais. Hoje, já estou mais calmo, para desenvolver o tema um bocadinho melhor. Esta é uma situação que me choca como jurista, pela incapacidade que efetivamente a Câmara tem, através do senhor Presidente e das pessoas que o aconselham, já diretamente o disse ao Senhor Presidente, que não é uma crítica direta a si é à incompetência, a quem delega essas situações. Senhor Presidente, veio aqui efetivamente dizer coisas que me ofenderam, não vou estar a dizer, “não tem documentos da viatura, a matrícula não existe, não corresponde ao veículo”, e tudo mais. Senhor Presidente, hoje apresento-lhe uma certidão da Conservatória do Registo Predial, o veículo está em meu nome, com matrícula, com todos os dados que lhe dei. (Doc. n.1 anexo a esta ata). O veículo é meu, está registado desde o dia dezoito do seis. Eu, até aqui, tinha pedido a consulta ao processo, hoje peço, devolvam-me o que me foi espoliado. Relativamente à pergunta que o Senhor Presidente, através dos seus assessores, tem muita dificuldade em responder, qual é a base legal? Agradeço desde já, a chamada que tive hoje de manhã, estava em viagem e, por acaso tive tribunal e, tive de ir de mota e, foi mesmo no momento, em que, o senhor



Miguel me ligou e, eu, agradei-lhe a marcar a reunião. Fica aqui desde já o agradecimento para que essa reunião acontecesse. Senhor Presidente, não me fez a resposta, mas eu vou dar a resposta, está no vosso processo, o camião foi carregado ilicitamente, não vou dizer um roubo, houve roubos, mas não lhe vou dizer um roubo, ilicitamente, nos termos da alínea f), número um do artigo cento e sessenta e três do Código da Estrada, para os juristas que aqui entendem um bocadinho de direito, isto quer dizer que, alguém teve um acidente na estrada e o carro está incapacitado de andar, sabe qual é a fundamentação legal para me terem carregado, espoliado o veículo, que não deveriam ter tocado se quer? Diz-se assim, indícios de inutilização, pneus com sinais de inutilização, nenhum dos pneus daquele camião está furado, tem o cardado a noventa e nove por cento, discos de travão com sinais de ferrugem, pintura e chapa com sinais de estar abandonado. Isto é uma falácia, é uma incompetência, é uma arrogância de me espoliar, que não têm de me espoliar, para além de tudo o que está lá dentro. Esta é a fundamentação legal, que é ilegal, os senhores espoliaram-me o meu camião dizendo que ele está ferrugento. Mentira, o camião tem o capô em fibra de vidro, o camião está pintado e vai continuar pintado com aquela tinta há mais de cinquenta anos, enquanto for meu e, eu não vou viver cinquenta anos. O camião não tem os pneus velhos, estão novos, nenhum pneu está em baixo, nem vazio. Pior ainda, isto não é uma cópia do processo, isto é uma vergonha que me deram, tudo rasurado, praticamente não se vê nada, mas no dia anterior tem aqui registado que não puderam carregar o carro porque não estava lá. Está aqui neste processo, o camião está para ser levantado e, no dia anterior o camião não estava lá, e eu já sei porque que é que não estava lá, porque a pessoa que o foi buscar roubou o combustível, deu a volta, fez cinquenta metros e estacionou noutra sítio, no dia nove estava lá, o camião nem quarenta e oito horas lá estava, está aqui escrito, tentaram levantar o camião e o camião não estava no dia anterior e a fundamentação legal, que é ilegal para vós, não há a questão de estar abandonado, aliás, na fundamentação que metem aqui, dizem mesmo fim do processo dos autocolantes, está aqui escrito no processo. Eu posso ler o que aqui escreveram, isto é cómico, como é que uma pessoa anda aqui quatro ou cinco meses, o tempo que eu perco. Não está escrito por mim, está escrito pelos incompetentes que fizeram o processo, foi removido no dia nove do cinco, e no dia oito do cinco, está escrito, considera-se o processo terminado, tendo em conta que, após a colocação do dístico a viatura já foi movimentada. Senhor Presidente, eu penso que, não há muito mais a esclarecer, o camião é meu e, eu invoco neste momento, na qualidade de jurista, o acórdão uniformizador de jurisprudência, o carro é meu desde este dia, dezoito do seis de dois mil e vinte e seis, não tive responsabilidade nenhuma anterior, eu quero que me entreguem o carro de imediato. O carro sai a trabalhar, leva dois minutos a pôr a trabalhar, sou eu que o ponho a trabalhar, graças a Deus tenho carta de condução, só não tenho de aviões e de helicópteros, não calhou, sou eu que vou conduzir este camião de lá, eu quero que me entreguem o que é meu. Tenho aqui um e-mail que não vale a pena mostrar ao senhor Presidente, email do senhor diretor da Alfândega de Aveiro e do senhor diretor da alfândega da Covilhã, a perguntar como é que é possível que isto aconteça. Está registado, está em meu nome, foi indevidamente e, para além disso, relativamente ao roubo, roubaram duas baterias novas, combustível. É difícil ver e, a pessoas no dia que eu estive lá, que eu disse como é que se abria o capô, como é que se abria a porta, partiu o pisca e na fotografia os piscas estão bons e o pisca do



lado do condutor neste momento está partido, apanhei-o eu e meti dentro do camião, eu quero saber quem vai pagar aquilo que me roubaram.” -----

Teresa Neto: “Boa noite, senhora Presidente da Assembleia, boa noite senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados municipais e quem nos vê aqui e lá em casa, antes de começar a minha intervenção, gostava de fazer um reparo, porque para poder estar a intervir neste momento aqui tive que me inscrever previamente, tenho uma data para me inscrever com vinte e quatro horas e, tenho que evocar o tema que me traz aqui. Eu acho isto inconcebível, porque afinal, o senhor Presidente da Câmara, normalmente, quando nos responde ou quando responde ao público, costuma dizer que vai mandar por escrito. Se vai mandar por escrito não há necessidade de nós termos de dizer qual é o tema, porque senão a nossa inscrição vai cair e então isto é uma situação que me deixou deveras incomodada. Em relação aos outros temas, no dia vinte e nove de abril, teve aqui um município que falou sobre a sinalização na Rua Coronel Águas e na Rua Cliff Richard, o senhor vice-presidente disse que ia ser tratado e até agora continua tudo igual, tudo por sinalizar, eu passo lá todos os dias porque a minha casa é lá e, neste momento, junto àquela descida do cemitério para a Marina, está muito perigoso, porque os carros avançam, não há visibilidade, eles não têm sítio para parar e quando nós damos conta, já estamos a apanhar com um carro em cima que vem da rua de baixo, por isso, pedia que desde, vinte e nove de abril, até hoje, a ver se isto brevemente se resolve, até porque aquela obra levou imenso tempo a ser feita que, pelo menos, a sinalização que termine, para que a obra seja terminada. Entretanto, aqui junto à Câmara existe uma outra situação, que é a falta da limpeza aqui nas ruas. Eu sei que, a limpeza tem a ver também com a Junta de Freguesia, mas nós atravessarmos aqui a estrada e se formos para o lado da Perfumaria Lourdete e dos correios, as ruas estão completamente cheias de folhas e sujas e, há uma necessidade de serem limpas, porque eu nunca vi, mesmo com aquelas árvores, nunca vi aquele lixo ali na rua. Por último, queria perguntar sobre o lar das Fontainhas. O lar das Fontainhas aparentemente está concluído, eu sei que, existe um posto de alta tensão à porta do lar e, uma obra daquelas que está concluída não faz sentido nenhum, com a falta de projetos destes que continue fechado. Gostava de saber qual é a situação do lar, se vai levar muito tempo, não vai levar muito tempo, se já existe algum acordo para retirar de lá aquele posto, se é o posto que faz com que o lar não abra? São estas as minhas questões.” -----

Maria Lúcia Pinho: “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores vereadores, senhores deputados municipais, minhas senhoras e meus senhores muito boa noite. Já está a começar um hábito eu estar aqui, portanto, já está a ser um bocado habitual. Venho hoje, dia trinta de junho de dois mil e vinte e seis nesta Assembleia, dar a voz a uma preocupação antiga, sentida pelos habitantes e uma parte da aldeia dos Canais, a inexistência de uma rede de saneamento básico. Importa salientar que, a restante parte da aldeia já beneficia desta infraestrutura há mais de uma década, o que torna esta situação ainda mais difícil de compreender e aceitar. Não se trata de luxo, o saneamento básico é um direito fundamental e uma condição indispensável para o desenvolvimento sustentável de qualquer comunidade. Importa ainda referir que, a exposição apresentada hoje, constitui o quarto pedido oficial efetuado por escrito no espaço de aproximadamente um ano, sem que, até à presente data tenha sido apresentada uma solução concreta. Recordo também que, em outubro de dois mil e vinte e cinco, os moradores deslocaram-se à Junta de



Freguesia de Ferreiras, onde foram recebidos pelo então Presidente da Junta, o senhor Jorge Carmo, atualmente vice-presidente da Câmara Municipal e vereador com o pelouro da água e saneamento. Nessa ocasião, fomos informados de que, já estariam a ser desenvolvidos trabalhos com vista à implementação da rede de saneamento nesta zona e, de que, essa intervenção seria da responsabilidade da Câmara Municipal de Albufeira. Passados vários meses, os moradores continuam sem qualquer informação objetiva sobre o estado do processo, os prazos previstos ou as soluções que estão a ser equacionadas. Por isso, aquilo que hoje solicitamos é simples, transparência, um cronograma de execução, apresentação do projeto e um compromisso político claro quanto à concretização desta obra. Recordamos que, nos termos da lei número setenta e cinco barra de dois mil e treze compete aos municípios promover e assegurar o acesso dos cidadãos aos serviços públicos essenciais, onde se inclui o abastecimento de água e o saneamento. Os habitantes da aldeia dos Canais não pedem privilégios, só pedem acesso digno ao saneamento básico. Esperamos por isso que, esta intervenção possa finalmente traduzir-se em respostas concretas e ações efetivas para que esta situação deixe de ser um problema adiado e passe a ser uma prioridade resolvida. Obrigada pela vossa atenção.” -----

Bruno Arvela: “Muito boa tarde a todos, o meu nome é Bruno Jorge Arvela, venho hoje a esta reunião de Assembleia, no uso do direito de intervenção do público, com o coração cheio de preocupação, mas também com muita esperança, na sensibilidade e no sentido de justiça deste executivo. Venho expor uma situação desesperante em que se encontra o meu agregado familiar neste momento, cuja candidatura ao subsídio de arrendamento RASA, corre sobre o processo número vinte dois mil e vinte e seis, em nome de Bruno Jorge Raminhos Arvela. Este agregado recebeu uma intenção de indeferimento, baseada numa aplicação estrita e mecânica da regra de que apenas se pode submeter uma candidatura, no entanto, o próprio regulamento municipal no artigo terceiro do RASA, prevê de forma muito humana e justa, uma cláusula de exceção para situações de extrema gravidade socioeconómica, remetendo a decisão para avaliação técnica dos serviços e para o parecer favorável. E, se é o caso que define a extrema gravidade, senhor Presidente, é este, que estamos a falar, de uma casa com seis pessoas, entre elas dois cidadãos idosos com graves problemas de saúde e forte dependência e duas crianças menores em idade escolar, cujo direito a um teto e uma infância estável devia ser a nossa prioridade absoluta, enquanto comunidade. Dias após termos submetido a nossa defesa escrita, fui chamado pelos serviços de ação social, a técnica que me atendeu confrontada com a nossa carta, reconheceu de imediato a fragilidade da família e propôs uma ajuda urgente para alimentação e medicamentos. No momento, eu estava numa grande angústia e focado no desespero de não conseguir pagar a renda da minha família e acabei por aceitar parte da ajuda e não parte da alimentação, temendo que aceitar outras ajudas significasse que a Câmara daria o processo de arrendamento por encerrado. Quero deixar claro perante este executivo, que agi por desespero e por receio que a ajuda na alimentação invalidasse o direito à habitação, mas agradecemos profundamente a ajuda que nos foi dada, desde já, alivia uma parte do nosso foco mental, mas a maior angústia e aquilo que nos tira o sono todas as noites é o risco iminente de perdermos a nossa habitação. Um teto não se substitui por nada. Por isso, apelo hoje diretamente à vossa sensibilidade política e humana, não deixem que a burocracia abafe a realidade social desta família, com duas crianças e dois idosos, pedimos encarecidamente que este executivo e os serviços da habitação avaliem este processo não



como um simples número, mas sim ao abrigo da cláusula de salvaguarda que o vosso próprio regulamento prevê para emergências sociais. O que pedimos é que nos deem a mão para que esta família possa continuar a ter um teto digno onde viver em Albufeira e que a resposta ao nosso pedido seja reavaliada favoravelmente. Nós não pedimos caridade, nós não pedimos esmola, nós apenas pedimos uma oportunidade de termos uma habitação que podemos pagar. Muito obrigado pela vossa atenção, pelo vosso tempo.” -----

Presidente da Câmara Municipal: “Cumprimentar os senhores membros da Mesa, cumprimentar as senhoras e os senhores vereadores, digníssimos Presidentes de Juntas de Freguesia aqui presentes, senhoras e senhores deputados, cumprimentar todos os colaboradores da Câmara Municipal de Albufeira, caros munícipes aqui presentes e também cumprimentar os munícipes que nos assistem lá em casa. Vou começar por responder ao senhor Manuel Gomes Merceano, não há quaisquer cartões de banco, de crédito, ou seja lá o que for na Câmara Municipal de Albufeira. No outro dia até pedi essa informação, que me chegou por um acaso, um passarinho que me disse que poderia haver cartões eu claramente como Presidente do executivo, fique alarmado, questionei os serviços e não há qualquer tipo de cartões na Câmara Municipal de Albufeira, ou seja, continua-se a mandar por areia na engrenagem, este é o estilo da oposição, é isto que interessa, é dificultar a vida do executivo, é colocar-lhe à frente cada vez mais rochas e colocar-lhe outro tipo de imposições para que não consiga fazer o seu trabalho. Quando há despesas, as mesmas são feitas nos termos legais e sujeitos à fiscalização do tribunal e dos auditores da Câmara Municipal de Albufeira. Compromisso político com o senhor Florival, o único compromisso que tenho com ele é o mesmo que eu tenho com todos os albufeirenses, defender sempre, sempre o interesse público. Continuaremos a governar com legitimidade, trabalho, responsabilidade, não será o ruído, não será o ataque pessoal que nos irão desviar do compromisso que assumimos com o povo de Albufeira, com os albufeirenses. Relativamente ao senhor João Madeira, se bem me recordo, na última Assembleia Municipal disse que ia juntar documentos, também nos disse, agora, que tem na sua posse uma certidão, que é proprietário de junho de dois mil e vinte e seis, agradecia, se possível, que pudesse entregar aqui na Mesa uma cópia e, com base nas informações que nos traz agora, vou pedir aos serviços que tenham uma visão refrescada que seja reanalisado o assunto, fica já aqui uma opinião técnica para resolver o seu assunto. Se, for possível, segunda-feira, haverá a reunião que já foi agendada consigo, e como deve entender, esta Câmara Municipal não pretende ter razão, quer sim, é sempre resolver os problemas dos munícipes. Iremos reunir, iremos reavaliar. Relativamente à senhora Teresa Cristina da Palma Neto, infelizmente o Lar das Fontainhas continua com a obra suspensa, está tudo praticamente pronto, mas continuamos a aguardar o parecer da E-REDES para que seja possível avançar. Lamentamos esta situação, mas também sabemos que isto resulta de um processo herdado do anterior executivo, não querendo aqui culpabilizar ninguém, mas esperamos é que, e queremos, é que, seja resolvido o mais rapidamente possível. Relativamente aos outros assuntos, será o senhor Vice-Presidente a responder-lhe aos outros temas. Relativamente à senhora Maria Lúcia Pinho também será o senhor Vice-Presidente, e ao senhor Bruno Arvela será a senhora vereadora.” -----

Vice-Presidente: “Boa tarde a todos, antes de iniciar a minha intervenção permita-me dirigir umas palavras de cumprimento e agradecimento à senhora Presidente da Assembleia da Mesa, ao senhor



Presidente da Câmara, aos senhores vereadores presentes e a todos os membros desta Assembleia Municipal, aos trabalhadores municipais, que hoje aqui se encontram, bem como ao público que acompanha a sessão, quer presencialmente, quer através da transmissão em direto a todos o meu agradecimento pela participação em prol do município de Albufeira e em prol dos albufeirenses. Começando pela dona Maria Pinto, falou e é verdade, esteve reunida comigo também nas Ferreiras, foi-lhe dito na altura, que a Câmara estava a fazer um projeto para aquela zona dos Canais. É uma zona muito, muito abrangente, o que tenho para dizer é que, na sequência da exposição feita aqui hoje, da aldeia dos Canais, estive a informar-me com os serviços, visto que, como se inscreveram e deixaram o tema, é mais fácil responder, a situação encontra-se em análise técnica, estão a fazer o projeto e, como disse, é uma zona muito grande. Na altura, a Câmara que estava, abandonou o projeto, não foi só esse, abandonou vários projetos que estavam ali para Ferreiras e, havia essa zona dos Canais onde houve um litígio, por causa das estações elevatórias, que não se conseguia arranjar na altura os terrenos para fazer as estações elevatórias e tínhamos a zona das Assomadas, onde tínhamos cerca de doze terrenos para estações elevatórias e o antigo município também abandonou essa parte, portanto continua ainda por fazer. Relativamente aqui a este, como lhe tinha dito, estamos a fazer a análise, a fazer um projeto, aquilo é uma zona ampla, carece de um projeto e, está em análise e está a ser efetuado o projeto, foi-me dito pelos serviços técnicos, pela senhora engenheira e Chefe de Divisão, Andreia Cópio, que nos transmitiu esta tarde. Relativamente à dona Teresa Neto, como só trouxe os assuntos aqui na altura, portanto, é mais difícil responder, na zona onde foram feitas essas obras, já está lá a sinalização, poderá não ser a sinalização que queriam, se calhar tem de ser reforçada, deixem o contacto que eu irei lá ver com os serviços técnicos, porque a sinalização que estava anteriormente, disseram que foi toda colocada, inclusive muita dela já está, poderá não estar toda, porque também não sei onde estavam os sinais todos, mas vou muitas vezes à zona do Rossio e até houve um dia que passei por sentido proibido, que antigamente o sinal estava fechado, estava habituado a passar por aquela rua, destaparam o sinal e puseram outro ao lado, não reparei, só dei por mim já tinha feito a infração. Portanto, os sinais nessa zona poderão não estar todos colocados, mas alguns estão, porque eu já cometi uma infração sem querer relativamente a essa situação. A situação da limpeza, é verdade que temos tido algumas dificuldades, a própria empresa Luságua tem tido dificuldades, este ano, no recrutamento de pessoal, é o que nos têm dito, porque tinham muitos funcionários e saíram para outras empresas, TVDE's e outras coisas e eles estavam com dificuldade, estamos a tentar ver a situação, estamos aqui no centro de Albufeira, somos uma cidade turística, mas independentemente de ser turística ou não, nós queremos preservar e queremos que ter as nossas ruas limpas, que eu acho que é bonito para toda a gente, portanto, nós como executivo temos essa prioridade. Como sabe, é feito por uma empresa, é a Câmara que paga e nem sempre conseguimos ter as condições ideais na limpeza, mas estamos a esforçar, temos tido comunicações com a empresa e, penso que, também se vai resolver, também vou mais uma vez comunicar. Eram as duas intervenções que tinha para responder, mas chegou mais uma via email, se a senhora Presidente me der autorização respondo logo. O senhor Ivo Laranjo, que está ali, obrigado pelo contato, sei que também já me chegou outro email, que não vinha dirigido à Assembleia e também já me chegou hoje, mas falando do que dirigiu à Assembleia, uma vez que, quando se inscreveu já estavam as inscrições completas, mas nós tratamos à mesma e,



também digo que, estou sempre disposto e disponível quando quiserem, recebo os assuntos todos, há muitos assuntos que não precisam trazer à Assembleia. Nós próprios tentamos trazer aqui, na sequência da questão, que estive cá na última Assembleia, é verdade, a falar da sinalização daquela passadeira que não estava, estava, mas com as obras deixaram de estar a sinalização. Foi-me dito pelo chefe de divisão, engenheiro Bruno Silva, não passei por lá, mas ele disse que, a sinalização já está colocada e, que a passadeira irá ser pintada na próxima segunda, ou a partir da próxima segunda-feira. Isto porque a empresa que ganhou o concurso é uma empresa de Leiria e, não vem cá quando nós pretendemos, vem quando tem disponibilidade, o que não é muito bom, nós estamos a tentar também minimizar isso, não é só esta passadeira, temos praticamente as passadeiras todas para pintar, portanto a empresa vai começar aqui pelo centro de Albufeira, vai passar por todas as freguesias, tenho também algumas informações de outras freguesias que já nos pediram e, também já temos o levantamento feito, mas, em princípio, é para pintar todas as passadeiras do concelho, o que é que poderá acontecer? Passar e ficar uma ou outra por esquecimento, mas se no alertarem nós depois também conseguimos dar, portanto, em princípio, penso que, a partir de segunda-feira terá o seu problema resolvido, assim esperamos para o bem de todos. Aquilo é uma rua com muito trânsito, estamos a falar da Rua Coronel Águas e temos essa noção, que é uma zona que passa muito turismo, muitas pessoas, portanto se não tiver na quarta ou quinta-feira, ligue-me para eu alertar os serviços e para nós sabemos porque, às vezes, nós pensamos que as coisas estão feitas, e as coisas não estão ou estão meio feitas.” -----

Vereadora Cristina Corado: “Muito boa tarde a todos, senhor Bruno Jorge Arvela, falei com os serviços e tentei perceber a sua situação. Sei que, deve ser um desespero, quando temos uma dificuldade tão básica como é a habitação, acredito que sim e, também pelo seu agregado familiar mais complicado, deve ser. Sei que o senhor Bruno teve apoio ao arrendamento, que depois esse apoio não teve continuidade porque não apresentou a documentação necessária para poder dar continuidade no âmbito da avaliação semestral, daí não ter havido continuidade desse mesmo apoio. Sei também que, depois dessa solicitação também e, com os serviços foi, e já referiu alguns dos apoios que lhe foram dados nesta última fase, também tive conhecimento e lamento, que lhe foi sugerido e, que o senhor recusou um apoio económico que poderia ser atribuído durante três meses para o pagamento da renda, portanto, neste momento, sugiro talvez que volte aos serviços, se calhar foi irrefletidamente que tomou esta decisão, percebo perfeitamente essas dificuldades, mas nós não podemos ultrapassar aquilo que está nos regulamentos e na legislação. O senhor Bruno pode dirigir-se aos serviços, mas se for mais conveniente também pode agendar comigo uma reunião e eu posso lhe esclarecer, porque pareceu-me algum espanto na sua expressão em relação a este mesmo apoio de três meses que foi sugerido. Podemos marcar e, se quiser passar amanhã da parte da manhã, recebê-lo-ei.” -----

Não havendo mais intervenções por parte do público, a Presidente da Assembleia tomou o uso da palavra. -----

Presidente da Assembleia: “A Mesa recebeu três requerimentos da coligação Albufeira é Tua, de acordo com o artigo número trinta número dois têm dois minutos para apresentar a proposta.” -----

Carla Vieira: “Muito boa noite a todos, os meus cumprimentos à Mesa, senhora Presidente da Assembleia, senhores secretários, caros colegas deputados, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, público presente e a quem nos assiste, a coligação Albufeira é Tua entendeu colocar à consideração da Mesa e do plenário dois assuntos que tem a ver com os próprios procedimentos e



funcionamento desta Assembleia. Nesse sentido, vou apresentar o primeiro requerimento. (Doc. n.º 2 anexo a esta ata) -----

Requerimento número dois (Doc. n.º 3 anexo a esta ata) -----

Domingos Coelho apresentou e leu requerimento. (Doc. n.º 4 anexo a esta ata) -----

Helena Simões: “Boa tarde a todos, nem por acaso, eu trazia um pedido de interpelação à Mesa, no que concerne a estas três, de duas temáticas referidas pela ilustre colega. Não obstante estar no nosso Regimento o expressamente, referir o assunto a tratar, a ausência do assunto a tratar não deve ser motivo de exclusão e, o que tem vindo a acontecer é que, muitos munícipes têm vindo a ser excluídos de intervir nesta Assembleia, porque não invocam nos termos exatos que a Mesa da Assembleia, ou a Presidente da Assembleia ou quem quer que coordene os trabalhos, gostaria que assim o estivesse. Eu recordo, tal como referido várias vezes, isto é a casa da democracia. Este procedimento, do assunto a tratar não é suposto ser para infiltrar intervenções, não é suposto controlar previamente o conteúdo, até porque, como referido aqui a maioria das vezes a resposta vem por escrito e nunca vem no momento, por isso, o elemento surpresa aqui não poderá beneficiar o executivo e, acima de tudo, não é suposto impedir a participação pública e a participação cívica dos munícipes na casa da democracia. Como tal, eu pergunto à Mesa, e recordo que a minha intervenção vinha em jeito de interpelação, qual é a norma legal ou regimental que permite excluir um munícipe por falta de inicial e de indicação do assunto, sem prévio convite a eventual aperfeiçoamento. Pergunto também, qual é a norma legal ou regimental que exigem a inscrição com vinte e quatro horas de antecedência, uma vez que também não encontro essa exigência, quer no Regimento, quer na legislação em vigor para as Assembleias Municipais. A Mesa unilateralmente sozinha pode decidir este assunto? Pode exigir este tipo de procedimentos para inscrição? Deixo a pergunta e deixo o repto para que a Mesa, na sua integral composição, quer a Presidente, quer o órgão Mesa que são três elementos, possa vir a responder. Depois não poderia também deixar de aderir à proposta de revogar uma decisão unilateral da Mesa ou da Presidente da Assembleia Municipal, que ditou intervalos, e ditou intervalos no timing e no tempo que, se calhar, apraz mais, porque quebra o momento entre a intervenção do público e entre a intervenção dos munícipes, muitas das vezes esvaziando-se a sala e assim já não havendo munícipes para assistirem à intervenção dos seus eleitos. Recordo que, todos nós que estamos aqui, fomos eleitos pelos munícipes. Como tal, pergunto uma vez mais, esta não é a casa da Democracia? Não queremos mais munícipes aqui dentro intervir, sadiamente no sentido de construir uma Albufeira melhor? Ou queremos pura e simplesmente uma reunião à porta fechada, uma reunião em que se emite louvores ao executivo e que não há discussão pública? Dito isto, eu não podia deixar de aderir na íntegra e em singelo aos primeiros dois requerimentos, acrescentando também a questão de que, o assunto a tratar não deve nunca obstaculizar a intervenção cívica e a intervenção dos munícipes nesta casa.” -----

Nélson Cachita: “Muito boa noite a todos, eu gostava de fazer uma questão primeiro, ainda não estamos na ordem do dia, se ainda não estamos na ordem do dia, o tempo não deve contar ainda. Senhora Presidente, uma vez que são três requerimentos, moções ou o quer que seja, eu pedia que fossem distribuídos às restantes bancadas, porque eu, pelo menos, não tenho capacidade para avaliar três requerimentos, assim de cabeça, posso lê-los, posso estar com ele, mas assim de cabeça lembrar-me de três, não consigo.” -----



Carla Vieira: “Obrigada senhora Presidente, por me dar a palavra, a minha questão tem a ver exatamente essa, portanto, a apresentação dos requerimentos não pode contar como intervenção antes da ordem do dia, porque não estamos no ponto antes da ordem do dia. Segundo, o quadro, dos tempos mantêm-se errados. A coligação Ser Albufeira tem dez minutos e não tem catorze. A bancada do Chega tem dezasseis, o Ser Albufeira tem dez, o Albufeira é Tua tem doze, 12, o resto está tudo muito correto. Relativamente à questão de distribuir os requerimentos pelas demais bancada, pelos colegas, parece-me pertinente, embora os assuntos não sejam de extrema complexidade e são perfeitamente legíveis, inteligíveis e perceptíveis, portanto, é somente a questão de procedimentos do decorrer da Assembleia.” -----

Segundo-Secretário: “Senhora deputada, peço desculpa estar a intervir, temos sempre, como está configurado este tempo nas próximas sessões, até estar atualizado, vamos ter sempre que fazer manualmente, como fiz agora.” -----

Carla Vieira: “Senhor Segundo-secretário, agradeço-lhe, mas compete-me a mim também chamar a atenção e colaborar para o bom funcionamento desta Assembleia.” -----

Presidente da Assembleia: “Muito obrigada senhora deputada, peço então ao segundo-secretário que coloque os tempos devidos, por favor, muito obrigada.” -----

Hugo Aires: “Senhora Presidente, muito boa noite, cumprimento o senhor Presidente, e com isso cumprimentar todos aqui presentes. Relativamente à questão da inscrição do público, acho que era interessante vermos isto com a verdadeira essência. Importa esclarecer que a antecedência de vinte e quatro horas para a inscrição do público não pretende limitar a participação de ninguém. É uma regra de organização dos trabalhos. Acho que, todos nós no nosso trabalho temos um determinado método, e achamos que com isso que seria o método adequado. É uma regra de organização dos trabalhos, que ela foi prevista no Regimento e que permite à Mesa preparar a sessão e garantir o normal funcionamento da Assembleia. Acresce que, todos os cidadãos que aqui vêm e que fazem as suas questões, eles não vão deixar de não ter a sua resposta, obviamente que eles vão ter oportunidade de intervir e também ter a resposta às questões que eles colocam, seja na própria sessão, seja logo que possível. O objetivo é sempre assegurar uma participação organizada, respeitando simultaneamente o direito dos munícipes e o bom funcionamento dos trabalhos. Se assim se entender, entre todos nós, aqueles que são os líderes de bancada, que a regra deve ser alterada, essa discussão deve ser feita em sede de revisão do Regimento e não dirigida à Presidente da Assembleia, e que isto limita as normas aprovadas até por este órgão. Obrigado” -----

Presidente da Assembleia: “Irei responder aos dois requerimentos, o número dois relativamente aos intervalos, penso que deverá ter havido aqui algum lapso, porque que eu bem me lembre, isto tinha sido proposto numa Assembleia Municipal, onde eu perguntei aos membros da Assembleia, qual é que seria o vosso entendimento, se poderíamos fazer uns intervalos e foi acolhida por todos, foi acolhida por todos que eu recorde-me. Relativamente a quando faço os intervalos, os senhores deputados podem pedir perfeitamente quando é que querem fazer os intervalos, portanto, eu não sei qual é que é o sentido deste requerimento, porque isto foi aceite por todos os membros e, se os deputados entendem que deve ser feito mais um ou mais dois intervalos, da minha parte não existe qualquer problema, basta pedir e, eu farei os intervalos que os senhores deputados entenderem.

Relativamente à questão dos cinco minutos, o artigo menciona que as inscrições têm de ser feitas de forma prévia, eu considero que, uma vez que também não está transcrito no Regimento, tenho a liberdade de decidir aquilo que eu sei que os munícipes mais querem, é virem a esta Assembleia e terem respostas, porque eu não concordo e não posso aceitar que os munícipes, muitos deles alterem até sua vida pessoal ou profissional para virem a esta Assembleia colocar questões e não serem respondidas. E, todas elas têm de ser respondidas, mas vou passar a partilhar mais informação, porque já percebi que há dúvida. Eu posso dizer que, antes de sair o edital da Assembleia Municipal, eu já tenho inscrições e posso dizer, com muito agrado que, como Presidente da Assembleia, todos os emails enviados por munícipes com ofício para a Câmara, têm sido estritamente respondidos por este executivo e, por tal nada tenho mais a dizer, porque até agora nenhum munícipe me foi capaz de dizer que nada foi respondido, e se não foi nesta Assembleia, foi efetivamente por escrito. Relativamente ao terceiro requerimento, a Mesa também concorda que seja constituída uma comissão de acompanhamento, portanto proponho aos membros da Assembleia que façam chegar depois por escrito, os membros que queiram que integrem nesta comissão de acompanhamento do PDM.” -----

Helena Simões: “Senhora Presidente, agradeço imenso a sua resposta e os seus esclarecimentos. Com a certeza, porém, que, a bancada do Albufeira é Tua, deu entrada de três requerimentos, requerimentos esses que cumpriram o artigo trinta do Regimento, como tal, tem de ser votada os ditos requerimentos. Não obstante, opinião pessoal de cada um, cada um votará em consciência e assumirá as consequências das suas votações.” -----

Presidente da Assembleia: “Obrigada pelo esclarecimento senhora deputada, mas eu não posso colocar à votação requerimentos que são propostas desta natureza, quando há deputados que também dizem que não se sentem confortáveis, uma vez que estes requerimentos foram entregues agora. Portanto, diga-me a mim, o que é que há aqui para votar senhora deputada?” -----

Helena Simões: “Ainda bem que fazemos as Assembleias Municipais na casa da democracia e no espaço físico da Câmara. Aqui se calhar, seria o motivo para o intervalo e fazer-se cópias e entregar um a cada bancada, cinco minutos e decide-se. Cara Presidente, a Carla Vieira, tendo cumprido o único requisito que o nosso regimento pressupõe, é que tem que ser entregue por escrito à Mesa até ao início da Assembleia, que o fez, não cabe à Presidente decidir se o aceita votar ou não, tem de ser incluído.” -----

Presidente da Assembleia: Senhora deputada então, vamos então fazer a votação se assim o entende. Proposta número um, quem vota a favor? A votação é feita de forma manual. -----

Domingos Coelho: “Até posso perceber a interpelação do deputado Cachita, e penso que isso pode, em parte, ser ultrapassado com a leitura da proposta um e a senhora Presidente lê essa proposta e vota-se. Isso já foi lido há pouco, as pessoas podem não ter isso presente o conteúdo, portanto, proposta número é lida e é votada, penso que é a forma de ultrapassar a situação. E, já agora, em relação à questão da participação do público, eu penso que uma coisa não exclui a outra, ou seja, pode haver pré-inscrições e também pode haver aqui, intervenções, digamos, no momento, uma coisa acho que não exclui a outra. Se democracia é a plena participação, devemos criar condições para que se possa participar em qualquer situação. Uma coisa não exclui a outra. Obrigado.”-----



Presidente da Assembleia: “Senhor deputado, eu vou-lhe responder e vou-lhe dizer o seguinte: isto não tem nada a ver, com violar a democracia ou impedir os munícipes de virem a esta Assembleia, os senhores estão a colocar este assunto num trâmite que não tem nada a ver, já lhe disse e volto a repetir, os munícipes que procuram a Assembleia e que também entram em contacto pela Assembleia via e-mail, têm tido todas as respostas às suas perguntas. Eu não vou falar mais sobre este assunto, senhor deputado, porque já na última Assembleia lhe tinha esclarecido. Vamos então avançar com a votação, porque a senhora deputada leu os requerimentos na íntegra, portanto, a proposta número um é relativamente a esta questão da inscrição das vinte e quatro horas. Portanto, como isto não consta na ordem de trabalhos, temos de votar de forma nominal.” -----

Luis Rodrigues: “Boa noite a todos, cumprimentar todos, eu tenho uma dúvida antes de votar e gostava de ser esclarecido. Penso que a proposta número um, tem a ver apenas com o seguinte, as pessoas têm de se inscrever obviamente com vinte e quatro horas antes, podem ou não apresentar o tema. Acho que isto não é? Então não há limite de tempo e inscrevem-se nem que seja um minuto antes, é isto que está em causa.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia colocou a proposta número um a votação. -----

VOTAÇÃO PROPOSTA UM: -----

Votos contra: onze (11) Luna Silva, António Maia, Beatriz Pereira, Margarida Guilherme, Luis Rodrigues, Henrique Coelho, Maria Isabel Rodrigues, Nuno Cabrita, Hugo Aires, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água ---

Abstenções: duas (02) Desidério Silva e Dário Pereira. -----

Votos a favor: doze (12) Carla Vieira, Helena Simões, Domingos Coelho, Ana Pífar, Maria José Leote, Luis Afonso, Otelo Cabrita, Flávia Pereira, Nelson Cachita, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, e Secretário da Junta de Freguesia da Guia. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia colocou a proposta número dois a votação, relativamente aos intervalos e quando os mesmos devem de ser delineados. Entendemos que, deverá ser: após intervenção do público, dos membros da assembleia, de resposta do Senhor Presidente e antes da discussão da ordem do dia. -----

VOTAÇÃO PROPOSTA DOIS: -----

Votos contra: onze (11) Luna Silva, António Maia, Beatriz Pereira, Margarida Guilherme, Dário Pereira, Henrique Coelho, Maria Isabel Rodrigues, Nuno Cabrita, Hugo Aires, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água. -----

Abstenções: cinco (05) Desidério Silva, Ana Pífar, Luis Afonso, Flávia Pereira e Alberto Saraiva. -

Votos a favor: nove (09) Carla Vieira, Helena Simões, Domingos Coelho, Luis Rodrigues, Maria José Leote, Otelo Cabrita, Nelson Cachita, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne e Secretário da Junta de Freguesia da Guia. -----

A proposta foi reprovada por maioria. -----

A Presidente da Assembleia colocou a proposta número três a votação, relativamente à constituição de uma comissão de acompanhamento do PDM. -----



VOTAÇÃO PROPOSTA TRÊS: -----

Votos contra: dez (09) Luna Silva, António Maia, Beatriz Pereira, Margarida Guilherme, Henrique Coelho, Maria Isabel Rodrigues, Nuno Cabrita, Hugo Aires e Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras. -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: dezasseis (16) Desidério Silva, Carla Vieira, Helena Simões, Domingos Coelho, Ana Pífar, Luis Rodrigues, Dário Pereira, Maria José Leote, Luis Afonso, Otel, Cabrita, Flávia Pereira, Nelson Cachita, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia da Guia. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Presidente da Assembleia: “Façam chegar por escrito os membros que irão constituir esta comissão de acompanhamento do PDM.” -----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Margarida Guilherme: “Muito boa noite, senhora Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores deputados municipais, senhores munícipes aqui presentes e que nos acompanham através do Youtube, permitam-me uma breve reflexão antes da ordem do dia. Há poucos meses, nesta mesma sala, ouvimos que os primeiros cem dias deste executivo seria uma espécie de marco decisivo, a partir do qual já deveriam ser visíveis resultados concretos e já deveriam estar a ser resolvidos muitos dos problemas do concelho. Confesso, que esta ideia, de que existe um prazo limite para um político começar a produzir resultados e, de que ele se cinja aos cem dias me pareceu sempre inverosímil. Acompanhei mais de quarenta anos da vida autárquica de Albufeira e, nunca vi mudanças estruturais acontecerem em cem dias, vi passar vários Presidentes de câmara, equipas diferentes, projetos diferentes e formas diferentes de governar. Todos precisaram de tempo, todos enfrentaram dificuldades, todos procuraram deixar a sua marca no concelho. Algumas decisões tomadas ao longo de décadas deram excelentes frutos dos quais ainda hoje beneficiamos, outras deixaram problemas que continuamos a enfrentar e que afetam a qualidade de vida dos albufeirenses, a tranquilidade de quem aqui vive e que colocam em causa a imagem de excelência que, durante muitos anos distinguiu o nosso concelho. Mas uma coisa é certa, nenhum desses autarcas pode ter sido avaliado de forma acurada ao fim de alguns meses de mandato, foram precisos anos, décadas para que se vissem aparecer o resultado das suas decisões. Vivemos além disso, tempos particularmente exigentes, os desafios sociais, económicos e humanos são hoje mais complexos do que nunca. Liderar, gerir, governar tornou-se uma tarefa cada vez mais difícil. Digo também pela minha experiência profissional enquanto professora, gerir diariamente os problemas sociais, familiares e pessoais de centenas de alunos que precisamos de ensinar e de acompanhar, não é tarefa nada fácil, é por isso que considero importante recordar que a eleição do senhor engenheiro Rui Cristina, foi a expressão democrática de uma vontade de mudança manifestada por muitos albufeirenses. Podemos concordar ou discordar dessa escolha, o que não podemos é deixar de a respeitar. Infelizmente, ao longo destes meses, tive muitas vezes a sensação de que se discutiu mais a pessoa do Senhor Presidente, o trabalho do executivo e o funcionamento desta Assembleia, do que



aquilo que se pode e deve fazer para melhorar a qualidade de vida em Albufeira. Não peço ausência de crítica, a crítica é necessária, o que peço é um pouco de equilíbrio, de respeito institucional e de sentido democrático, porque a verdade é que, se as decisões do Senhor Presidente e do seu executivo fossem tão incoerentes como por vezes se pretende fazer crer aqui, dificilmente veríamos a esmagadora maioria das propostas apresentadas pelo senhor Presidente ser aprovada por unanimidade nas reuniões de câmara. Se observarmos os inúmeros assuntos deliberados em reunião de câmara nos últimos oito meses, veremos que foram aprovados apoios a instituições como a Santa Casa da Misericórdia, a Cruz Vermelha, o Centro Paroquial de Paderne, Fundação António Silva Leal, e a AHSA. Foram igualmente aprovados apoios a associações, clubes desportivos, associações de pais, agrupamentos de escolas e entidades culturais do concelho, bem como a eventos integrados na Cidade Europeia do Desporto dois mil e vinte e seis. Na educação foi aprovada a aquisição de mobiliário para os estabelecimentos de ensino do concelho, um investimento superior a novecentos mil euros, o que posso dizer, era absolutamente necessário ou até mesmo urgente. Eu tive vários alunos na escola onde trabalhei cortados pelas mesas onde nós trabalhávamos. Na área da segurança, foi aprovada a abertura de concurso para reforço da Polícia Municipal, na saúde e para a época balnear foram celebrados protocolos com a Unidade Local de Saúde do Algarve, com a Cruz Vermelha e com a Associação Nadadores de Salvadores de Albufeira. Foram ainda aprovadas importantes intervenções municipais, nomeadamente alteração e ampliação do jardim de infância da Correeira, a conclusão iminente do Lar, Centro de Dia e Apoio Domiciliário das Fontainhas, também a requalificação e ampliação da Escola Secundária de Albufeira e foi aprovado o respetivo projeto de execução da primeira fase. São projetos para o futuro das nossas crianças, dos nossos idosos e das famílias do concelho, são factos, são decisões concretas, são trabalho realizado, e vou já terminar. Para além do trabalho realizado, muitas outras iniciativas e projetos essenciais para o futuro de Albufeira, estão em marcha e sob a liderança do senhor Presidente Rui Cristina. Apesar das críticas constantes a que tem sido sujeito e das dificuldades que inevitavelmente acompanham qualquer processo de mudança, a sua determinação e a persistência têm permitido que o trabalho avance e que os compromissos assumidos com os albufeirenses comecem a ganhar forma. São factos, são decisões, são de facto, como eu disse, trabalho realizado. Para além deste trabalho realizado, há que dizer o seguinte, quanto a nós, deputados municipais, estamos aqui para fiscalizar, como já aqui foi dito muitas vezes, para ajudar a refletir, para identificar aquilo que está mal e para contribuir com ideias e soluções que permitam melhorar Albufeira. Mas não estamos aqui para perder tempo com quezílias pessoais, ou com guerrilhas partidárias.” -----

Ana Pífaro: “Boa noite a todos, senhor Presidente, senhora Presidente, vereadores aqui presentes, colegas das várias bancadas, público aqui presente e lá em casa, eu começo a minha intervenção um bocadinho por o fim daquilo que foi a intervenção da Margarida. Nós sabemos que a função máxima da Assembleia Municipal é fiscalizar e acho que todos nós temos consciência disso e temos de o fazer da melhor forma que conseguimos e sabemos, mas acho que a Assembleia também deve servir para apontar erros, apontar caminhos, dar sugestões e depois competirá ao executivo querer acatá-las ou não. Essa sempre foi a minha postura e vai continuar a ser e, por isso, eu trago sempre alguns assuntos pequeninos, mas que podem ajudar a resolver algumas coisas na vida da cidade, dos albufeirenses e

de quem nos visita. Chegou-me algumas informações de algumas deficiências de falta de iluminação na baixa de Albufeira, principalmente na zona do Cais Herculano, mais uma vez e já digo isto há algumas Assembleias, a deservagem este ano continua um bocadinho atrasada, para não dizer muito, eu sei que grande parte da deservagem é competência das juntas de freguesia, mas acho que tem de haver um esforço para que, no próximo ano, as coisas sejam feitas com mais celeridade. O senhor Vice-presidente aqui, já apontou uma coisa que me preocupava já algumas semanas, que era a falta de pintura nas passeadeiras, que costuma ser feita antes do início da época balnear e que este ano está bastante atrasada e realmente muita já nem sequer se vê. Gostava também de questionar relativamente aos campos de férias da Câmara Municipal, este ano para os alunos do primeiro ciclo, quantas crianças é que irão participar, quantas é que ficaram excluídas, se foram mais ou menos do que nos anos anteriores e quais os principais motivos das crianças que não tiveram vaga nesses mesmos campos de férias, porque a informação que nos chegou é que houve vagas sobranes. Volto também frisar a importância daquilo que são as nossas praias, nós falamos do barulho, da falta de qualidade dos turistas, mas eu continuo a achar que se nós não zelarmos por aquilo que é a nossa maior bandeira, que são as nossas praias, aí sim, um dia vamos ter um problema bastante sério. Eu sei que o inverno foi muito rigoroso, as praias em toda a costa foram devastadas, grande parte da competência sobre a resolução do mesmo pertence ao Ministério do Ambiente, mas eu deixo aqui um desafio ao executivo, para que faça força junto desse mesmo Ministério para que as praias de Albufeira possam, algumas delas, ter a mesma intervenção que aconteceram nas praias do concelho de Loulé, porque efetivamente existem muitas praias que a diminuição do areal é assustador. Gostaria também de deixar aqui uma preocupação que já vem de anos anteriores, que é a excessiva concentração de Ubers na cidade de Albufeira. Infelizmente, o Algarve e Albufeira são destinos muito apetecidos e não são só por turistas, existe uma migração de Ubers de todo o país em direção ao Algarve e, nomeadamente em Albufeira, durante os meses de verão, que criam o caos na cidade. Eu não sei qual será o caminho a seguir, mas sei que isso não é bom nem para os Ubers que cujas empresas tem a sua sede em Albufeira, nem para os taxistas, mas eu acho que, chegou a altura de algumas Câmaras Municipais, designadamente as do Algarve, fazerem chegar esta preocupação ao Governo, porque estamos a falar de agentes económicos que nada deixam no concelho, a não ser desorganização e muitas vezes desacatos. Falámos aqui também do apoio às IPSS, também nos chegou que existem alguns apoios atrasados, não sei se é verdade, se é mentira, mas gostaria também de ver essa questão esclarecida. A nível da cultura, gostava de deixar aqui uma sugestão ao executivo, ao senhor Presidente, que pudesse convidar o ator e escritor João Mota, que é natural de Albufeira e que acabou de lançar um livro para poder fazer também a sua apresentação aqui em Albufeira. “ -----

Carla Vieira: “Renovo os meus cumprimentos. A minha intervenção de hoje versa sobre dois assuntos que estão na ordem do dia, aos quais solicitamos uma resposta e esclarecimentos cabais ao senhor Presidente. Primeiro assunto, no passado dia catorze de junho, o senhor Presidente presenteou-nos com uma notícia através das redes sociais, o que me suscita dúvidas e curiosidade, o qual dá conta de um alegado arquivamento por parte do Ministério Público a uma alegada denúncia, mas sem grandes dados concretos e, por isso e, nesse sentido e, porque interessa também aos munícipes e à bancada da coligação “Albufeira é Tua” questionamos, que factos eram objeto da denúncia e que pedidos



concretos foram feitos ao Ministério Público? E, já agora que Ministério Público estamos a falar, administrativo ou fiscal? E, se o despacho de arquivamento versou sobre a totalidade dos factos denunciados. Segundo assunto, quanto aos alegados cortes às associações, recordamos o senhor Presidente que esta bancada, conforme solicitado por vossa excelência, deu contributos para a elaboração do regulamento de apoio ao associativismo do município de Albufeira, no início de março de dois mil e vinte e seis e constatamos que o senhor Presidente por despacho de dezassete de março determinou criação de regimes excecional e transitório de atribuição de apoios, ao abrigo do artigo trinta e cinco número um, alínea g), que remete para o artigo trinta, número dois da lei setenta e cinco de dois mil e treze, e que, confesso, tenho sérias dúvidas de que seja enquadrável nestes artigos este despacho. Contudo, e tendo presente a importância social e formadora de carácter dos nossos jovens, foi nessa senda, com muita tristeza e lamento, que tivemos conhecimento da situação difícil em que o Imortal Basquete Clube foi colocado, frustrando todas as expectativas de continuar a levar o bom nome da Albufeira ao mais alto nível do desporto, para além de ser uma associação regional e nacionalmente conhecida e reconhecida. Assim, e nesse sentido questionamos o senhor Presidente se corresponde à verdade, cortes de cerca de quarenta e cinco por cento dos apoios concedidos, com que critérios foram ou irão ser feitos esses cortes e, se, já previamente reuniram com associações e clubes no sentido de comunicar tal facto? Por último, questiono que expectativa, que conforto e que segurança terão as associações e clubes do concelho de Albufeira na próxima época desportiva?” ----

Helena Simões: “Boa tarde a todos. Meus senhores, está na hora de começarmos a assumir alguns erros. Eu começo por mim, sinto-me profundamente comprometida e faço, porque me sinto profundamente comprometida, com o futuro sadio de Albufeira e, apenas e só por isso é que mantenho, mesmo perante pressões, ameaças e tentativas de intimidação, porque, ao contrário de muitos, aqui e lá fora, não tenho dependências funcionais, económicas ou profissionais da autarquia. Isso confere-me liberdade, liberdade para fazer com independência o trabalho para o qual foi eleita, o tão sobrejamente falado já hoje, fiscalizar, questionar, exigir respostas e defender a legalidade, porque, ao contrário do que se tenta passar aqui nesta Assembleia, quando os munícipes colocam as suas dúvidas e as suas questões, fiscalizara não é sabotar, denunciar não é atacar, é proteger, porque quem ama Albufeira não se cala, ainda que a responsabilidade não seja exclusivamente minha, sinto o dever de pedir desculpas publicamente e, peço desculpa, porque os últimos anos de governação do PSD em Albufeira também contribuíram para o tsunami político e institucional a que hoje assistimos. Peço desculpa, porque o afastamento da sociedade civil, dos funcionários autárquicos, dos empresários, das associações e das reais necessidades dos munícipes nos trouxeram aqui hoje. E, peço desculpa, pela governação em “torre de marfim”, pela lógica do quero, posso e mando, pela falta de escuta ativa e pela incapacidade de perceber, a tempo, o rumo perigoso que o concelho estava a tomar. Da minha parte, fiz fiscalização externa e interna, fiz oposição interna e externa. Questionei, insisti, alertei, mas infelizmente, não foi suficiente e também assumo isto, não tive força, sozinha, para fazer ver a muitos o caminho que estava a ser aberto. Por isso, hoje, sinto uma responsabilidade acrescida, responsabilidade de ser a voz dos funcionários que têm medo de falar, a voz dos empresários que não encontram respostas, a voz dos munícipes que se sentem abandonados, das associações que não podem viver dependentes do favor político como se de uma esmola se tratasse e, de todos os que querem

apenas uma autarquia séria, transparente, legal e ao serviço das pessoas. Recordo senhores, Albufeira não tem dono, a Câmara não é propriedade de alguém, a Assembleia Municipal não é uma claque, nem um balcão de carimbos e, quem foi eleito para fiscalizar, tem de fiscalizar, não obstante a autarquia e a Assembleia Municipal continuarem a não responder a todas as solicitações que tenho apresentado, nesta casa e, fora desta casa, seja por email, seja por escrito, seja presencialmente, tudo farei para obter essas respostas e, fá-lo-ei pelos meios próprios, pelos meios legais, pelo mecanismo de fiscalização democrática e, se necessário, recorrendo às entidades externas competentes, como tenho vindo a fazer, porque a transparência, caros deputados, caros vereadores, caro Presidente, cara Mesa da Assembleia, a transparência não é um favor que se concede à oposição, é uma obrigação de quem gere o dinheiro público, o património público e as decisões que afetam a vida das pessoas, mesmo que cada pergunta venha com uma ameaça de processo judicial. Mesmo que cada pedido de esclarecimento surja tentativas de intimidação, mesmo que se tente confundir, tal como nesta Assembleia já hoje aconteceu, fiscalização com ataque pessoal. Eu fiscalizo, não acuso. Não sou acusadora, carrasco e jogador, eu apenas e só questiono. E, questionar é o meu dever democrático, pois, para isso fui eleita, quem exerce o poder público tem de responder, quem decide tem de fundamentar e quem gere tem de prestar contas. Quem fiscaliza não pode ser tratado como um inimigo. Peço desculpa a todos os que hoje sofrem com decisões sem fundamentação bastante, com pressão, com medo, com a ausência de diálogo e com uma forma de exercer o poder que não dignifica a democracia local. Mas pedir desculpas não chega, é precisamente por reconhecer esses erros que continuo aqui, com liberdade, com sentido de responsabilidade, com compromisso público e com coragem para fazer o que tem de ser feito. É este o espírito de olhar por Albufeira, ver, ouvir e agir por Albufeira, ver o que muitos fingem não ver, ouvir o que muitos pretendem ou tentam ignorar, agir quando o silêncio seria bem mais cómodo. Não prometo silêncio, prometo responsabilidade, Albufeira merece transparência, merece respeito, merece futuro e é por isso que me mantenho. Tenho dito.” ---

Domingos Coelho: “Penso que nesta altura não vale a pena os cumprimentos, penso que já foram todos feitos. Da intervenção do senhor Presidente e agora da nossa deputada Margarida, parece que passa aqui uma ideia de diabolização da oposição, mas que oposição? Temos que ser claros, onde é que a coligação “Albufeira é Tua” meteu areia na engrenagem? Onde é que entrou em jogos, digamos, politiquinhos. Penso que, oposição faz o seu papel e, se há várias oposições pode haver vários papéis, portanto, temos que eu diria, separar as águas e ser claros, há a oposição, outra posição, ou duas ou três, ou o quer que seja, agora não vale a pena é, vir com essa, digamos, uma nuvem, uma manta que mete tudo no mesmo saco. E, já agora, à nossa deputada Margarida, não foram cem dias, são mais de duzentos já, e não se pede obra, pede-se pensamento, pede-se planos, pede-se projetos e, é isso que tem faltado, por exemplo, tem faltado em relação ao PDM, já vão sete, oito meses de governação e o senhor Presidente, aqui na Assembleia ou alguém por parte do executivo, ainda não apresentou as linhas de força, as grandes ideias para o PDM, quando se sabe que é um instrumento fundamental para a organização e para toda a gestão do concelho, ou seja, é através do PDM que podemos ir buscar terrenos, mais terrenos para a construção, pode ser através do PDM que podemos vir a encontrar alternativas para que a economia seja mais diversificada. Portanto, penso que está na altura, exatamente de haver um debate sobre o PDM. E, já agora que se falou aqui em muitos projetos,



também temos de ser claros, a maior parte desses projetos, especialmente da habitação, vieram do anterior executivo, que projetos concretos sobre a habitação, o que é que já foi dito, o que é que aqui já foram apresentados terrenos, projetos, até o projeto da Quinta do Barros parece que ainda não voltou aqui à Assembleia, porque ficou, penso que na altura deserto, houve um problema com o concurso, ou seja, o que é que foi feito com a habitação por este executivo? Não estou a ver. Outra situação que é grave em todo o concelho, as ditas casas modelares, já interpelei o senhor Presidente em tempos, até hoje também não ouviu uma palavra sobre isto, não são casas modelares, são aldeias clandestinas e, até hoje não ouvi uma palavra. Portanto, não se pede a obra feita, isso é demagógico, vir aqui dizer com a oposição acusa de não apresentar obras, não é obras, são ideias ou projetos, são planos que até agora não existiram. E já agora, outra questão que penso que está na ordem do dia, que é a limpeza dos terrenos. Está a aproximar-se exatamente o período crítico dos incêndios, a maior parte dos terrenos por todo o concelho estão por limpar, o que é que o executivo, a Proteção Civil tem preparado? Penso que, podemos estar a correr um verdadeiro risco. Habitualmente parece que não há problemas de incêndios aqui no nosso concelho, por acaso, no ano passado houve, há dois anos também houve, foram debelados a seu tempo, mas com as condições que hoje existem nos terrenos, se houver um incêndio, não vai ser tão simples como os outros anos para o debelar.” -----

Nelson Cachita: “Mais um a vez, muito boa noite. O executivo decidiu recentemente reduzir os horários de funcionamento dos estabelecimentos de diversão noturna. Permita-me começar por reconhecer aquilo que esta decisão representa. Estamos perante um fenómeno que não surgiu de um dia para o outro, é um problema estrutural que se consolidou ao longo de décadas, alimentado por dinâmicas económicas, sociais e turísticas, próprios de um território como é o nosso. Neste contexto, é importante dizer com frontalidade, nenhuma medida isolada resolverá por si só um problema desta dimensão. Ainda assim, esta decisão não deve ser desvalorizada, pelo contrário, deve ser enquadrada como aquilo que é, um primeiro passo no sentido de reequilibrar um modelo que, ao longo dos tempos, foi perdendo capacidade de autorregulação. E esse passo teve um custo político, não foi uma decisão neutra nem óbvia, mexe com expectativas, com interesses instalados e com perceções enraizadas sobre a entidade turística de Albufeira. Exigiu, por isso, coragem, uma coragem que deve ser reconhecida. Dito isto, reconhecer esse mérito não significa deixar de analisar com rigor os efeitos, a realidade demonstra-nos que essa medida, sendo relevante, não é suficiente e, não é suficiente porque atua apenas sobre uma dimensão de um problema que é por natureza multifacetado. Albufeira não pode ser vista como um conjunto de peças isoladas, é um sistema interdependente, onde decisões aparentemente localizadas produzem impactos em cadeia. Quando se intervém num ponto, todo o ecossistema reage, os operadores, os investidores, os visitantes e a própria dinâmica económica da cidade se ajustam. E, é precisamente por isso que qualquer intervenção exige algo mais do que uma medida avulsa, exige visão estratégica, continuidade e, sobretudo, capacidade de execução no terreno. Podemos regulamentar, definir orientações com a melhor das intenções, mas se essas regras não forem acompanhadas por mecanismos eficazes de monitorização e fiscalização, correm o risco de se transformar em meras declarações de princípio. Estas, não são questões de retórica, são perguntas estruturais que determina na prática o sucesso ou fracasso de qualquer política pública. É que o que Albufeira precisa não é apenas decidir mais, precisa de executar melhor, precisa de uma presença

efetiva no terreno, precisa de respostas céleres, precisa de critérios claros e de uma atuação consistente, precisa, sobretudo, de criar um ambiente em que o cumprimento das regras seja a norma e não a exceção. E, esta lógica aplica-se de forma muito evidente a um dos pilares centrais da nossa economia, o alojamento local. O alojamento local representa hoje muito mais do que uma tipologia de oferta turística. Representa, um esforço de milhares de pequenos proprietários, muitas vezes famílias que investiram recursos próprios, reabilitaram património e contribuíram ativamente para a dinamização económica do concelho. São em larga medida cidadãos que querem cumprir, que valorizam o seu investimento e que têm interesse direto em preservar a qualidade do destino que é a Albufeira. Mas esses operadores continuam a atuar num quadro que é em muitos aspetos insuficientemente definido a nível local. A ausência de um regulamento municipal, claro, cria um cenário de incerteza, não estabelece critérios, objetivos, não diferencia comportamentos e não cria instrumentos eficazes de intervenção e, acima de tudo, não confere previsibilidade a quem investe. Num contexto económico, moderno, a previsibilidade é um ativo fundamental, investir exige confiança e a confiança constrói-se com regras claras, estáveis e aplicáveis, por isso, torna-se não apenas relevante, mas verdadeiramente urgente avançar com um regulamento municipal para o alojamento local. Um regulamento que não seja burocrático, mas que seja claro, equilibrado e proporcional, que estabeleça responsabilidades concretas, mecanismos de acompanhamento e instrumentos que permitam atuar quando é necessário. Mas, mais uma vez, importa sublinhar que nenhum regulamento será eficaz se não for acompanhado por capacidade de execução, sem aplicação prática, qualquer norma corre o risco ser apenas uma intenção bem escrita. Senhor Presidente, o momento em que vivemos exige mais do que respostas reativas, exige um reposicionamento estratégico. A decisão tomada foi um passo, um passo relevante, necessário, mas que deve ser valorizado, não é apenas o início de um caminho, mas um caminho que exige consistência, que exige coordenação entre políticas e, que exige uma capacidade continua de ouvir, avaliar e ajustar. E, é precisamente neste ponto que gostaríamos de deixar uma nota que consideramos essencial, num contexto em que não existem maiorias absolutas, o desafio não é governar sozinho, é governar melhor e, governar melhor implica reconhecer que o contributo não se esgota no executivo. As oposições não são um entrave, são uma fonte de valor acrescentado, são uma expressão legítima de diversidade, de perspetivas existentes na sociedade. Integrar contributos não diminui a autoridade, reforça, ouvir não fragilizar a decisão, enriquece-a e construir pontes onde poderiam existir barreiras é hoje, mais do que uma opção, é uma necessidade, porque os desafios que Albufeira enfrenta não são simples, como tal, não se resolvem com respostas simplistas. Senhor Presidente, todas estas ações começam numa só pessoa, em si. Muito obrigado.” -----

Maria Leote: “Boa noite a todos, permitam-me colocar um conjunto de questões relacionadas com a educação e a juventude. No final de mais um ano letivo, gostaria de questionar o senhor Presidente da Câmara Municipal, se já estão a ser tomadas diligências para preparar o ano letivo de dois mil e vinte e seis, dois mil e vinte e sete. É do conhecimento público que várias escolas do concelho enfrentam grande sobrelotação, que é visível nos vários espaços escolares e particularmente ao nível das salas de aula, uma vez que estas são insuficientes para o número de alunos. Assim, importa saber se já existe um levantamento atualizado da capacidade real de cada escola, se a autarquia tem conhecimento das



necessidades específicas de cada estabelecimento ou de cada agrupamento? E gostaria também de alertar para a situação complexa das valências de apoio especializado que funcionam nas várias escolas. Estas encontram-se também no limite das suas capacidades com crianças e jovens com necessidades especiais muito diversas, na sua maioria, estes alunos necessitam de um acompanhamento individualizado em tarefas que vão desde a higiene pessoal, alimentação e passando por uma supervisão contínua. Face à sobrelotação destas valências, pergunto ao senhor Presidente é à senhora Vereadora do pelouro, se há perspetivas futuras quanto à abertura de novas respostas para estas crianças e jovens. E também, se está previsto o reforço de assistentes operacionais, uma vez que se encontra em causa, garantir condições dignas e seguras para estes alunos e garantir também a saúde física e mental dos assistentes operacionais e professores que trabalham nestas valências. Um outro assunto, relativamente ao projeto férias de Verão, dois mil e vinte e seis, suponho que, irá colher, à semelhança dos anos anteriores, crianças com necessidades educativas especiais. Assim, também importa saber, se estão salvaguardadas as condições de apoio necessário a estas crianças, ou seja, se os monitores que estão a acompanhá-los, ou que irão acompanhá-las possuem uma formação mínima para lidar com desafios e comportamentos e necessidades de supervisão constante, especialmente nas atividades ao ar livre, ou seja, que mecanismos de segurança e acompanhamento estão previstos para garantir que estas crianças participem no projeto férias de verão dois mil e vinte e seis, em igualdade de circunstâncias e com proteção adequada. Por fim, retorno a uma questão já aqui anteriormente levantada, que tem a ver com, para quando a ativar o Conselho Municipal da Juventude, cujo regulamento data de dois mil e vinte e dois, mas que, julgo que nunca terem funcionado efetivamente. Agradeço a melhor atenção para as questões que coloquei.” -----

Hugo Aires: “Uma vez mais, boa noite. Senhora Presidente, permita-me apenas uma breve reflexão. No início deste debate, é natural que existam diferenças sobre a forma como concelho deve evoluir, neste caso, de como o executivo deve preparar o seu trabalho e, obviamente que o debate político vive precisamente dessa diversidade de opiniões e diferenças, e isso, obviamente, vai enriquecer a democracia, como todos sabemos. Relativamente à habitação social, como foi aqui falado, que se fala muito, mas depois não se executa nada, mas acho que é interessante vermos isto com outra perspetiva ou até como uma outra lógica e, passa exatamente pelo quê? Todos nós sabemos que há necessidades reais de falta de habitação e, isso é uma condição que todos sabemos, essa mesma necessidade, contudo também é importante reconhecer que há matérias que exigem algum tempo para reflexão, planeamento e também responsabilidade, porque, antes de executar é necessário preparar, é necessário identificar prioridades, também é necessário procurar formas de financiamento, porque, como sabemos, a questão financeira e económica da autarquia não é exatamente a melhor e, só assegurando estes financiamentos e, desenvolvimento dos projetos, de modo a que eles possam ser potencializados é que conseguimos obter os recursos necessários para isso. Portanto, eu acredito que, o caminho que às vezes pode parecer um pouco demorado, ele é essencial, para que antes que se possa anunciar medidas, é necessário que também possamos fazer o anúncio dessas mesmas medidas, mas com garantias e, obviamente, para concretizar para quem realmente precisa. Eu acho que é esse o compromisso que devemos assumir perante todos os albufeirenses. É esse o meu ponto de vista, acho que era importante também realçar essa questão.” -----



Presidente da Câmara: “Senhora deputada Margarida Guilherme, obrigado pela sua intervenção, pelas suas palavras, descreveu muito bem o que se passou e o que se tem vindo a passar nos últimos sete meses de governação, só não vê quem não quer. A senhora deputada Ana Pífar, deservagem e iluminação será o senhor Vice-Presidente que irá responder. Campos de férias será a senhora Vereadora Cristina Corado. Praias, volto a responder aquilo que já lhe respondi, já participamos em várias reuniões com a APA, inclusive que o senhor engenheiro Pimenta Machado, já reuni com a senhora Ministra do Ambiente e referi várias vezes sobre a falta de areia nas praias, o tal desassoreamento que sofremos com as tempestades que nos assolaram nos últimos meses. Foi pedido assoreamento para o Peneco, Pescadores, Olhos de Água, e mais algumas praias. Loulé teve assoreamento das praias, porque isso foi assegurado, foi tratado pelo anterior executivo, que isso fique bem claro, porque não havia tempo para este novo executivo, que tem o mesmo tempo do que eu, de governação para fazer o assoreamento das praias. Relativamente à situação dos Ubers, é claramente um tema que nos aflige, cada vez há mais ubers quando chega a esta altura do Verão, estamos a refletir sobre o assunto, algumas medidas vão ter de ser tomadas, temos vindo a tomar imensas medidas, como se tem vindo a aperceber. Como se deve ter apercebido nós estamos a tomar várias medidas, para tentar mitigar muitos dos problemas que tivemos no último verão, nos últimos anos. Relativamente ao apoio às IPSS, a senhora Vereadora Cristina Corado irá responder, mas eu acho que estamos com o mesmo atraso que do ano passado, relativamente aos apoios às IPSS, mas quem irá responder será a senhora vereadora Cristina Corado. Relativamente à cultura, também deve ser a senhora Vereadora a responder, mas claro que teremos todo o gosto em ter cá o ator João Mota para apresentar o livro, albufeirense, teremos todo o gosto em recebê-lo. A senhora deputada Carla Vieira, na sequência da queixa, o Ministério Público averiguou a mesma e por despacho da Procuradoria de oito do seis de dois mil e vinte e seis, considerou não haver qualquer motivo para avançar com qualquer procedimento, terminando o arquivamento dos autos. Assim que o município tomou conhecimento, tomou as devidas diligências, dando conhecimento dos factos apurados do Ministério Público e atualmente, pelo que se sabe o denunciante e outros encontram-se em fase de inquérito crime. Esta é a informação que eu tenho, não sou jurista, a senhora deputada é jurista, é a informação que eu lhe posso dar, se quiser fazer por escrito e poderei dar mais detalhadamente. É como também, quererem, permitirem, que as pessoas se inscrevam com menos de vinte e quatro horas, pois quem cá vier com menos de vinte e quatro horas, eu não poderei ter toda a informação para responder, apenas farei ouvidos moucos e tentarei apenas responder apenas àquilo que eu posso, porque quem realmente aprova, ou quem realmente vota a favor de uma proposta deste tipo é porque não tem noção, nem nunca ocupou este cargo, embora algumas pessoas deveriam ter, já que ocupam cargos de Presidência ou cargos de chefia. De qualquer das maneiras, estamos cá para esclarecer, estamos cá para contribuir. Relativamente aos contributos, falou, disse e afirmou que tínhamos tido uma reunião para contributos para as IPSS, para o tal regulamento, como já percebeu, não tivemos tempo para elaborar o regulamento, iremos fazê-lo. Na reunião que tivemos sobre os contributos para a criação do regulamento, se bem me recordo, a senhora deputada concordou, eu até disse que fazia sentido, cortar apoios a associações e a clubes, é o que me recordo, factualmente, há uma coisa que eu posso garantir relativamente aos clubes desportivos, vamos apostar este ano, como nunca apostaram a nível de



formação, porque o futuro são os nossos jovens e cabe à Câmara apostar na formação desportiva. Todos os clubes, terão um aumento a nível de apoios para formação, este é o nosso caminho, esta é a nossa decisão. Relativamente ao Imortal Basquete, quero deixar aqui uma palavra muito clara. Eu reconheço o trabalho, a história, a importância do Imortal Basket Clube para Albufeira. O Imortal é uma instituição respeitada, com mérito desportivo, com impacto na formação de jovens e dá um contributo importante para a projeção do nosso concelho, mas, reconhecer o valor do Imortal, não significa aceitar que a Câmara Municipal de Albufeira tenha de continuar a suportar, ano após ano, mais de meio milhão de euros para garantir a sustentabilidade do seu projeto sénior/ profissional. Entendam isto, o papel de uma autarquia não é financiar equipas profissionais, nem substituir-se à gestão financeira dos clubes. O verdadeiro papel da Câmara Municipal é apoiar a formação, é criar condições para que mais crianças, mais jovens pratiquem desporto, promovam igualdade de acesso e também investir nas infraestruturas e equipamentos que servem toda a população. E, foi nesse espírito que apresentamos ao Imortal Basket Clube uma proposta de trezentos mil euros, que poderia ir até aos trezentos e cinquenta mil, ou seja, um valor muito significativo, onde parte desse valor iria para o reforço da formação, para as crianças, para os jovens que pretendem ter acesso ao desporto, ou seja, e não promover aqui a dependência financeira das equipas seniores/profissionais. Não é saudável, nem para o clube, nem para o município, que uma instituição desportiva fique dependente da Câmara para manter o seu projeto. E, eu pergunto: quantos clubes em Portugal recebem este nível de apoio direto de uma autarquia? Não tenho informação, agradeço que me deem aqui exemplos comparáveis. Albufeira tem muitos clubes, Albufeira tem muitas modalidades e muitas necessidades, temos estradas para requalificar, equipamentos desportivos para melhorar, infraestruturas também para melhorar e temos de continuar a apoiar os projetos sociais. A câmara, como sabem, tem que governar para todos, com equilíbrio, com justiça e com responsabilidade. Por isso, senhora deputada, a questão nem é se apoiamos ou não apoiamos o Imortal, apoiamos, reconhecemos e continuamos a apoiar, mas, apoiaremos aquilo que compete à autarquia apoiar, como já disse há pouco, é a formação, é a prática desportiva, os jovens e o desenvolvimento equilibrado do desporto no concelho. E, volto a dizer, continuaremos a apostar na formação dos jovens com igualdade e com transparência e equidade, porque, isto é o que nós achamos que é o mais correto. Relativamente à senhora deputada Helena Palhota, senhora deputada, naturalmente tem todo o direito à sua opinião, e reconheço-lhe uma coisa, opiniões não lhe faltam, digo isto pela quantidade de textos, pela quantidade de publicações e comentários que produz nas redes sociais. O problema, é que, raramente vemos dessa atenção nascer uma proposta concreta, uma ideia para o concelho ou uma solução para as pessoas, o que vemos quase sempre, quase sempre, é crítica pela crítica, suspeição pela suspeição, ruído pelo ruído e, até muitas inverdades. Isto revela uma opção política, em vez de apresentar um projeto alternativo, prefere construir uma oposição assente no desgaste permanente do executivo. É legítimo, mas convém distinguir fiscalização de bloqueio, questionamento de insinuação, oposição democrática de tentativa de condicionar o normal funcionamento da Câmara Municipal e, por vezes, a senhora deputada quer ser mais do que deputada municipal. Já percebemos que quer assumir o papel de Presidente sombra, sem ter sido eleita para tal, mas com vontade de estar à frente todos os processos e substituir-se até ao próprio executivo, permita-me por isso, fazer uma pergunta muito simples, na sua visão, afinal qual é



a função do executivo municipal e do Presidente da Câmara? É estar permanentemente a responder, todos os dias a cada publicação, a cada suspeita e a cada interpretação política que publica nas redes sociais? Nós respeitamos a fiscalização democrática, disso não tenham qualquer dúvida, faz parte da vida autárquica, mas fiscalização não é perseguição política, não é criar entraves ao verdadeiro funcionamento dos serviços, nem transformar, e isto que fique bem claro, cada procedimento administrativo numa suspeita pública antes dos assuntos serem questionados pelos próprios vereadores e antes dos assuntos serem discutidos em reunião de Câmara. E, há ainda aqui uma questão institucional, que não deve ser ignorada e, que deve ser relevada, a senhora deputada até consegue ter acesso a documentos internos da Câmara, que deviam e que devem estar vedados a quem não é funcionário da Câmara Municipal de Albufeira. É legítimo perguntar, como é que circulam, porque circulam e com que objetivo é que circulam estes documentos? E concordo que estas intervenções, têm menos que ver com a transparência e mais com a tentativa de criar ruído, lançar suspeitas, desviar atenções do que realmente importa. Isto é um pouco como aquela série criminal, o CSI, quando se quer esconder o verdadeiro rasto, criam-se pistas falsas e espalha-se a confusão, e aqui até parece que, tanta suspeição, serve precisamente para tentar encobrir talvez esquemas, mecanismos e eventuais irregularidades que importam esclarecer e trazer a própria luz do dia. Isto não são acusações, atenção, isto é uma consideração política e institucional, e resultado do que temos sofrido e do que temos passado até este momento, a transparência é essencial, mas a responsabilidade também e, da nossa parte continuaremos a governar, continuaremos a decidir, continuaremos a trabalhar pelo concelho e a senhora deputada continuará a descrever. Nós continuaremos a trabalhar e no fim, serão os municípios a avaliar a diferença. O senhor deputado Domingos Coelho, quando referi há pouco areia na engrenagem, foi para responder ao munícipe Manuel Merceano, se não estou em erro, não foi ao partido Socialista. Também já percebi que tem alguns interesses no Plano Diretor Municipal, fique descansado que estamos a avaliar, as linhas orientadoras do PDM foram decididas pelo anterior executivo, como deve imaginar, este executivo poderá não concordar com todas as linhas que foram tomadas, ou que foram previstas pelo anterior executivo. Habitação não está a ver, eu também não estou, mas tenho tido reuniões semanais com vários produtores e com várias pessoas da área, para que se possa arranjar aqui uma solução, ou várias soluções para mitigar a falta de habitação. Depois, relativamente aos terrenos, é claro que queremos que os terrenos sejam limpos, estamos a sensibilizar os proprietários, estamos a informá-los. Em relação ao senhor deputado Nelson Cachita, esta matéria tem de ser tratada com seriedade, o ruído e os horários desarticulados, sem a proteção de quem cá vive, são claramente um verdadeiro problema, um real problema da qualidade de vida e descanso da saúde pública e todos têm direitos, os empresários a trabalhar, a investir e ganhar dinheiro, mas também têm os residentes, também têm direito a viver, a descansar, a ser respeitados. E, foi com base nas orientações da DGS, OMS, no parecer do Provedor da Justiça e nos vários registos que nós temos, desde dois mil e dezanove, de centenas de reclamações dos municípios, que entraram nesta câmara, que atuamos. E o objetivo é simples, é regular, é corrigir o excesso e devolver esta matéria ao controlo da Câmara Municipal. As medidas são provisórias, visam repor a legalidade, e a verdade é que os efeitos positivos acho que já se sentem, mais cumprimento, mais ordem, também mais respeito e regularizada esta situação, iremos reajustar os horários, a metodologia, mas primeiro é preciso impor



a ordem e, claro iremos fazer um Regulamento local, temos muitos, mas muitos, regulamentos, para fazer, que não foram feitos, outros têm de ser reajustados, têm que ser reanalisados. Relativamente à senhora deputada Maria Leote quem vai responder é senhora vereadora, Cristina Corado.” -----

Vereadora Cristina Corado: “Relativamente à questão colocada pela doutora Ana Pífar, posso lhe dizer que em julho, em média, temos setecentas e sessenta crianças por quinzena. Em agosto, uma média de seiscentas e cinquenta crianças por quinzena, todos os que entregaram a documentação, mesmo que não dentro daquele prazo que era exigido, tiveram lugar, portanto, não há qualquer criança em lista de espera e todas as crianças vão ter acesso a este serviço. A inscrição foi através da plataforma SIGA, posso dar outras informações adicionais, quando entender, estarei disponível certamente para lhe dar essas respostas. Em relação à questão colocada pela deputada Maria Leote, posso-lhe dizer que efetivamente estamos a preparar o ano letivo, com muita dificuldade, sabemos que as escolas estão sobrelotadas. Ainda hoje tivemos a ver a questão da Guia, onde a capacidade da escola que, seria de trezentas e tal crianças, vai ter perto de seiscentas. Esta é uma realidade não só de uma escola, mas de todas as escolas do concelho. Temos contentores por todo o lado, há dois anos que há aulas e alunos a terem aulas em corredores, cantinas e afins, não são salas de aula certamente. Estamos a fazer esforços para encontrar soluções, porque o ano letivo está à porta. Efetivamente, este é um problema gravíssimo. Além das condições em que as escolas estão, temos também este problema de espaço, cada vez há mais inscrições, efetivamente, temos que arranjar soluções. O que é certo é que, o parque escolar não está apropriado à quantidade de crianças que temos no concelho. Relativamente à questão que me colocou, das crianças com necessidades educativas especiais, efetivamente também estamos a tratar desse assunto, certamente, sabemos que o este ano vão ter, como tiveram no ano anterior e até mais, porque estamos a tentar dar um bocadinho mais de qualidade a esses meninos. Temos terapeutas ocupacionais, terapeutas de fala e assistentes operacionais com formação adequada. Sei que há um trabalho a ser feito, é necessária mais formação nesta área, é efetivamente uma preocupação minha, não só de todas as outras situações, mas esta efetivamente, por tudo o que representa, porque digamos, que são aqueles que mais apoio precisam, não só os meninos, como as famílias, estamos a tentar dar uma resposta, ir um bocadinho mais além daquilo que tem sido feito, mas efetivamente, com o tempo que temos, não foi possível fazer mais. Mas estamos sim, atentos a todas estas situações. Efetivamente o Conselho Municipal da Juventude, faz todo o sentido ativar. Já tive conversas com a nova diretora de departamento e com o chefe de divisão neste sentido. Confesso que, neste momento, ainda não temos nada feito sobre esta matéria, muito obrigada, mas estamos atentos a ela.” -----

Carla Vieira: “Eu pedi novamente a palavra, porque não gostei do azedume e do tom com que o senhor Presidente se dirigiu à minha pessoa nas intervenções que fiz. Primeiro, porque a primeira intervenção foi o senhor Presidente, por sua iniciativa que divulgou nas redes sociais e, naturalmente, que temos todo o direito, ou tenho o direito, a nossa bancada tem o direito de questionar o assunto. Relativamente aos apoios e aos eventuais cortes às associações e clubes, eu coloquei questões, eu coloquei questões senhor Presidente, o senhor Presidente respondeu-me como um ralhete, com um tom de ralhete, está gravado e toda a gente está a assistir, portanto, não gostei, não foi essa a intenção. Eu até posso enviar,



se quiserem por escrito a minha intervenção para verem o teor e as palavras que usei para o questionar. Muito Obrigado” -----

Domingos Coelho: “Só queria deixar aqui um registo, uma nota, gostei da votação da bancada do Chega a propósito do PDM, ou seja, depois de um consenso geral, que deveria haver participação, democracia, a informação a fluir por todos, e a bancada do Chega vota contra a constituição de uma comissão no âmbito da Assembleia. Bom, presumo que têm informação privilegiada que as outras bancadas não têm.” -----

Dario Pereira: “Boa noite, senhor Presidente, são duas situações, em relação ao Imortal Desportivo, que se falou há bocado. O Imortal é uma instituição que merece respeito de todos nós, eu fui jogador federado no Imortal, agora a questão de meio milhão de euros para o Imortal é de mais, muito, muito mais. E, relembro que nós todos tivemos uma comissão para tratar da parte dos apoios às instituições em Albufeira, solidariedade etc, e descobrimos, num passado recente, nos antigos executivos, várias associações a receberem dinheiro que, não mereciam receber esse dinheiro, se me faço entender. Como há deputados aqui que recebem ameaças nessas situações, eu fui o primeiro deputado a alertar essa situação aqui, que havia associações que não deveriam receber certos dinheiros, para não dizer nomes, que fere, basta verem a lista, alguns nomes eu fiz chegar, mas são medonhos, estamos a falar de dez milhões. O presidente falou em oito milhões, com as ajudas de custo e não sei o quê, chegamos a dez, onze e doze milhões. Caso os deputados não tenham conhecimento, e essa comissão na altura foi toda de acordo que deveríamos reduzir. Quando o Presidente começa a reduzir, todo o mundo lhe cai em cima. Não o estou a defender porque ele merece defesa. É um homem como eu, portanto não precisa de defesa. E, eu tenho assistido hoje e nas Assembleias anteriores e não me tenho levantado, mas vou utilizar o meu minuto e meio, que acho que são dois, mas ainda não alteraram ali, mas tudo bem. É uma troca de acusações, já vou atingir o meu amigo Domingos, eu peço desculpa, é o PSD a acusar o Chega, é o PS a acusar o Chega, é tudo mais. Eu acho que nós devemos todos trabalhar em comunidade para Albufeira, porque acho que estamos todos aqui por Albufeira. Isto é uma troca, eu acuso o outro, o outro vai acusar o outro, e o tempo que nós demoramos aqui a tratar, eu estou preocupado com a casa dos nossos jovens. E falo alto, os nossos jovens, já falei nisto em anos anteriores, são obrigados a fugir do concelho de Albufeira, para os outros concelhos, Silves, Loulé, etc., à procura de habitação, porque Albufeira não consegue, isto é vergonhoso. As minhas filhas têm que ir à procura em outros concelhos, eu sou filho de Albufeira e estou a morar no outro concelho. E, eu falei nisto, tendo uma casa velha para construir há trinta anos, não vou falar quem é o responsável que está aqui sentado, senão a gente começa aqui numa coisa e é um descabro. E, a minha frontalidade é para todos os deputados que estão aqui sentados, eu acho que, vocês deviam tomar juízo na cabeça, em bom português, em algarvio, em vez de estarem a fazer este papel, somos mal vistos lá fora, juízo, respeito pelos albufeirenses. Quando eu falo juízo, respeito pelos albufeirenses, eu não preciso de lições de história. As pessoas merecem o nosso respeito, o Presidente está a trabalhar, deixem-no trabalhar. Tem seis ou sete meses de governação, ou nove meses que seja, é uma casa enorme. E é isto que eu tenho aqui para dizer, todo o mundo que está aqui merece respeito, e passamos aqui horas a fim e no fim levamos para casa zero. Tenho dito.” -----

Luís Rodrigues: “Eu venho aqui só dizer o seguinte, não venho falar pela bancada do Chega, venho falar por Luís Rodrigues, deputado municipal de Albufeira. Quando o Chega ou quando os elementos da bancada Chega, não votam todos em conjunto nas mesmas propostas, não temos um fim político, somos alienados. Há bocado, o senhor Domingos Coelho, disse que, relativamente ao voto na criação de uma comissão para acompanhamento do PDM, mais uma vez o Chega tinha coisas escondidas, votaram todos contra. Senhor Domingos Coelho, eu votei a favor e, eu sou da bancada do Chega. E, eu na última Assembleia Municipal não estive cá e, eu estava em casa e revoltavam-se-me as tripas ao ouvi-lo, porque não se pode pôr tudo no mesmo saco, assim como eu não o ponho a si no mesmo saco. Até porque já disse uma vez que, eu não compreendo a vossa bancada, porque a vossa bancada que se chama TUA, eu não sei se é o PS, se é o PCP, se é o PAN e portanto, como não sei quem são politicamente, eu compreendo que quando votam todos em conjunto estão a votar de acordo com a vossa vontade pessoal. Eu, há bocado, quando votei a favor da criação de uma comissão de acompanhamento do PDM é porque acho que é de facto um dos temas mais importantes e que tem estado a ser, não vou dizer protelado, porque obviamente já foi explicado pelo Presidente da Câmara que, tem havido alguns constrangimentos. Dizer também o seguinte e agora um bocadinho também defesa da honra, porque eu não estive cá na última Assembleia e meter-me no mesmo saco de algumas coisas que foram aqui ditas pela bancada do Chega. Eu acho que nem sequer ninguém falou pela bancada do Chega, porque eu não vi o nosso líder da bancada apresentar propriamente nada. Vi foi pessoas a apresentarem coisas avulso, moções, vamos dizer as coisas como elas são e dizer o seguinte, a bancada do Chega é constituída por pessoas como as outras bancadas e quando votam todas a favor de uma proposta, de uma moção ou do que seja, as pessoas estão a usar a sua liberdade e eu estou a ocupar este tempo que me resta para dizer que no Chega, aqui nesta bancada somos todos livres de votar naquilo que bem entendermos em prol do concelho. Está bem? Isso tem que ficar bem esclarecido para o senhor Domingos Coelho. E dizer só mais uma coisa, porque isto é muito importante para mim, eu acompanhei a última Assembleia Municipal a partir de casa porque não pude estar presente e não gostei da gravação. A gravação, atenção isto não é uma crítica, mas é apenas um reparo para que tentem melhorar esse aspeto, as duas primeiras intervenções da última Assembleia Municipal, não sei quem falou, não foi focada a pessoa que estava a falar e, eu acho que isso é uma tremenda falta de respeito. Não sei se foi por deficiência técnica, mas se não foi, corrijam isso, quem está a falar merece que o foco esteja na pessoa que está a falar, e eu o que vi foi estar a focar a Mesa. Portanto, eu fiquei sem perceber quem é que estava a falar, para mim é um bocado constrangedor, porque como deputado municipal, convém saber quem são as pessoas que vêm aqui participar e, portanto, fica só o reparo. Tenham atenção a isso, porque quem está em casa tem muita necessidade de perceber quem é que está a falar, quem é que está a representar, porque já percebemos aqui pelo público que aqui vem, que nem sempre cá vem pessoas representarem-se a si próprias. Vêm pessoas representar coletividades, grupos de vizinhos e defender situações de rua. Já agora, que ainda tenho algum tempo, só para dizer uma coisa que eu me lembrei a meio da reunião, porque não estava sequer previsto este tema, mas nós no verão temos duas situações de abandono, é abandono de animais e abandono de viaturas. Onde eu vivo está a ser feito um depósito de abandono de viaturas. E, portanto, eu não vou criticar o executivo, mas vou dar, lançar aqui um alerta porque já comuniquei à Polícia

Municipal por todos os meios, por e-mail, para o contacto telefónico, presencialmente, isto há dois meses e continua a haver abandono de viaturas, algumas que até traduzem perigo para a saúde pública, porque estão carregadas de sacos que não sei o que é que lá está dentro. Não sei se são viaturas furtadas, se são simplesmente viaturas abandonadas. Isto, por exemplo, no caminho para a Praia Maria Luísa, que é um dos acessos pedonais onde atualmente frequentam mais pessoas na zona dos Olhos de Água, estão duas viaturas abandonadas. Era importante a Polícia Municipal ir lá, já há quase dois meses que foram avisadas que estão lá duas viaturas. Penso que, já me foi dito ontem que está lá uma terceira viatura, o que estou aqui a dizer da terceira viatura, não sei se se passa ou não, mas não queria que aquilo se tornasse um cemitério de viaturas. Portanto, numa daquelas artérias secundárias de acesso à praia Maria Luísa. Há outro tema que eu gostava de falar aqui, mas se calhar vou precisar de mais tempo noutra Assembleia, que é a privatização das praias. Há praias que continuam, de certa maneira, privatizadas. O que é que eu quero dizer com isto? Quero dizer que nalguns acessos a praias públicas, estão cancelas, que para quem passa dá ideia de que aquele espaço é privado, dá ideia, quando na realidade não o é. E, às vezes até colocam seguranças à porta ou perto da cancela para dar a entender que é de facto privado, não é. Portanto, eu depois posso desenvolver mais este tema, mas conheço uma ou duas situações dessas. Uma, é precisamente à porta do meu estabelecimento comercial, onde há uma cancela, eu fiz a experiência, para ver se entrava e se ninguém me criava entraves e entrei, mas o simples facto de haver uma cancela já provoca uma certa privatização daquele espaço que é um arruamento público, nomeadamente de acesso a uma das praias e neste caso a praia Maria Luísa. Não a praia Maria Luísa em si, mas a uma praia que fica entre a Maria Luísa e os Olhos de Água, onde existe um espaço de hotelaria, não vou dizer o nome, mas que colocou uma cancela que eu penso que é abusivo.” -----

Hugo Aires: “Uma vez mais, tanto se fala na casa da democracia e dentro da casa democracia, obviamente que também dentro da bancada do chega há democracia e há divergências de opiniões e isso só serve para enriquecer, sem sombra de dúvida, isso só nos agrega, ao contrário do que as pessoas possam pensar. Em relação aqui à que a questão do PDM, como todos nós ou aqueles que estão mais envolvidos neste tipo de matéria, compreendem, a revisão do PDM, ela só por si, já dispõe de mecanismos de fiscalização e de acompanhamento que estão previstos na lei. Se muitas das vezes se fala aqui da necessidade da celeridade dos processos, era também interessante pensar que ao criar, isto é a nossa visão, criar uma comissão, talvez possa de alguma forma fazer duplicação das próprias fiscalizações que já são feitas de modo inerente. E, isto não tem nada a ver com falta de transparência, mas sim apenas com uma coisa, que é uma gestão mais eficaz e responsável. Eu acho que, estar aqui a acrescentar mais conteúdo e mais fiscalização, muitas das vezes o que vai fazer é que ainda se torne muito mais demorada o processo.” -----

Domingos Coelho: “Porque o meu nome foi citado aqui por dois digníssimos colegas, dizer ao deputado Dário que, já há muitos anos que tenho juízo, e a prova disso é que aos dezoito anos, em Lisboa, já lutava pela liberdade e penso que serve também para responder ao nosso deputado Luís Rodrigues. Muito Obrigado.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, a Presidente da Assembleia deu a palavra ao Segundo-Secretário para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A



correspondência fica acessível a todos os digníssimos membros, para consulta, no gabinete da Assembleia Municipal. -----

Foi feito um intervalo de dez minutos. -----

Presidente da Assembleia: “Que documento é este?” -----

Helena Simões: “É um documento que entreguei à Mesa, a Presidente fará com o mesmo, aquilo que entender.” -----

Presidente da Assembleia: “Mas entregou à Mesa, quando e como?” -----

Helena Simões: “Foi antes de sair.” -----

Presidente da Assembleia: “É a interpelação à Mesa que há pouco quis fazer? Se eu não lhe concedi a palavra para fazer interpelação à Mesa, não pode deixar o documento na Mesa. Portanto, eu vou ter que recusar a entrega do documento e depois a senhora deputada envia via email.” -----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: “Há pouco, houve quem se queixasse de informação a mais, reuniões a mais, reuniões a menos, já agora fazia aqui um balanço. O ano passado, por esta altura, já se tinha realizado seis Assembleias Municipais, este ano estamos na quarta, houve uma temática. Já se tinham deliberado ou dado informação em sessenta e cinco pontos, este ano estamos em trinta e seis pontos, há uma diferença de menos vinte e nove pontos que vieram a análise e deliberação aqui nesta Assembleia. Eu julgo que não é por receio do escrutínio, penso que o executivo não tem esse receio, eu só posso chegar a uma conclusão é por uma gestão pouco produtiva, porque projetos, planos, candidaturas, pouco tem aqui chegado. Dir-me-ão há pouco tempo, há duzentos dias para as propostas. Entretanto, outra argumentação deste executivo é as dificuldades financeiras. O ano passado, por esta altura, exatamente no dia trinta de junho de dois mil e vinte e cinco, em tesouraria, havia qualquer coisa como, quarenta e seis milhões euros. Este ano estão em tesouraria quarenta e oito milhões de euros. A cobrança das receitas, portanto a execução orçamental ao nível das receitas correntes, este ano vai nos trinta por cento, do que está inscrito no documento previsional, ou seja, no orçamento. O ano passado estava nos vinte e oito por cento, ou seja, as receitas este ano estão a correr melhor na sua cobrança do que há um ano atrás. Bom, a questão que se pode perguntar é, afinal onde é que está a crise financeira? O ano passado, com estes dados, o anterior executivo vangloriava-se que, no domínio financeiro eram das autarquias no Anuário Financeiro das Autarquias. Portanto, o senhor Presidente melhor explicará. E, já agora, mais alguns dados, estou-me a referir à informação e à execução orçamental. A despesa de capital está nos quinze por cento, executados, as despesas gerais já estão nos vinte e seis e meio, ou seja, pouco investimento, muita despesa geral, apesar do senhor Presidente estar preocupado exatamente com a despesa, há qualquer coisa aqui que, enfim, não diz uma coisa com outra. E mais, a despesa com pessoal, face à despesa total está nos vinte e oito por cento, de quarenta e seis milhões inscritos, no ano anterior, por esta altura estava nos vinte e seis por cento, portanto com menos



execução, de trinta e oito milhões inscritos, ou seja, estamos a gastar mais com pessoal, temos mais oito milhões inscritos no orçamento do que no ano passado para despesas com pessoal. Provavelmente também terá a ver com os funcionários, as nomeações, que está inscrito, não estou a dizer que está gasto, que está inscrito, são números, são números, os números não enganam. Eu estou a dizer que em orçamento estão inscritos mais oito milhões, para despesas com pessoal do que no ano passado. E também posso dizer que aparentemente há mais gastos com pessoal, porque as nomeações que têm sido feitas, são funcionários que vêm para a Câmara trabalhar como funcionários e, os que cá estavam continuam a receber. Portanto, tem que haver aí, com certeza um acréscimo. Poder-me-ão dizer que não tem significado, mas terá algum significado porque, é da lei, é dos números, é da matemática. Ainda voltando à questão da execução orçamental, o PPI está a ser executado nos quinze por cento, era suposto que, estamos a meio do ano, estaria por volta dos cinquenta por cento. Mas, mais uma vez estamos a falar em despesas de capital no investimento. E, a propósito da habitação, muito aqui se falou, veja-se que, o que está inscrito foi executado em menos de um por cento. Ou seja, até hoje o executivo gastou cinquenta e dois mil euros em habitação, quando estão inscritos cinco milhões, estamos a meio do ano. Dir-me-ão que não há tempo. Nós temos que analisar os dados. O que é exatamente aquilo que é preto no branco, como se costuma dizer. Porque o que tem aqui aparecido constantemente nas informações do senhor Presidente, tem a ver com os recursos humanos, exatamente nomeações, demissões, exonerações. Aquilo que habitualmente se chama recursos humanos, que eu diria que é quase recursos humanos políticos, que na linguagem do Chega para outras situações seriam os “boys”, aqui, eu diria são de Loulé. Em relação exatamente a esta questão, fazia aqui umas questões diretas ao senhor Presidente :o número de funcionários suspensos de serviço, quantos? Destes, quantos regressaram ao serviço efetivo e quantos estão de baixa? Número três, se decorrem e quantos processos disciplinares ou de averiguações? Ponto quatro, quantos funcionários foram demitidos e quantos foram nomeados para cargos de chefia por iniciativa deste executivo? E, finalmente, qual o valor das indemnizações já pagas a funcionários demitidos, exonerados?” -----

Helena Simões: “Eu não vou falar das percentagens, até porque o Presidente não gosta e também não vou repetir aquilo que o deputado Domingos Coelho já disse. Mas pegando um bocadinho na intervenção que me antecedeu e, face à evidência do saldo elevado e à baixa execução de investimento, sobretudo em áreas estruturais, e aí vou ter de falar em percentagens, nomeadamente a Proteção Civil e incêndios dois pontos sessenta e quatro. Os Serviços individuais de saúde zero ponto zero, zero, três. A habitação zero ponto noventa e dois. A cultura três ponto quinze. O Turismo zero ponto zero, ou seja, a questão que se coloca é se há dinheiro, porque é que não se executa estes vetores tão importantes no concelho? Ou seja, há muita atividade de evento, apoio pontual e comunicação, mas pouca execução estrutural em áreas críticas. Ainda que retiremos ao saldo em caixa as operações orçamentais, os valores financiados do FEDER, Fundo de Coesão, FSE, PRR, enfim, desmontando esses valores, ainda assim, volto a perguntar como é que com este saldo ainda não se começa a falar em obras estruturantes no que concerne a habitação, saúde, proteção civil, cultura, turismo e ordenamento, uma vez que estas estão todas as rubricas sub executadas. No que concerne à contratação pública, se calhar, realmente aí no que concerne às exonerações e substituições e mobilidades e tudo

mais, aí se calhar justifica-se o aumento exponencial que tem se vindo a constatar na questão dos recursos humanos. No que concerne à contratação pública, pasme-se, este executivo que foi eleito por um partido, que é muito contra o ajuste direto, porque sempre entendeu que não confere uma devida transparência ou à contratação, recorre a miúde, ao ajuste direto para tudo e mais um par de botas. O Albufeira Radical cento e cinquenta e sete mil, modo de arquivo de duzentos e vinte mil, plataforma de gestão duzentos e dez mil, ou seja, quatrocentos e trinta mil numa empresa só, apoio administrativo e jurídico vinte e quatro mil, planeamento estratégico de comunicações e redes sociais e recortes, estou só a falar desde a emanação do último documento de abril até agora, não estou a falar desde o início. Serviços de manutenção e assistência operacional e ambiental seiscentos mil, refeições e lanches escolares setecentos e quarenta e oito mil, substituição da AVAC nos Paços do Concelho um milhão duzentos e cinquenta e nove mil. Ninguém está a pôr em questão a urgência, a premência, a necessidade das intervenções. Está-se apenas a colocar em questão o procedimento a que se joga a mão. Como tal, eu uma vez mais, ao abrigo do poder de fiscalização e porque já na anterior Assembleia de abril, questionei e solicitei alguma documentação, documentação essa que nunca me foi facultada. Tê-lo-ei de fazer por escrito, para garantir que há o devido registo para depois poder recorrer às instâncias competentes. Dito isto, eu questiono o executivo, qual é o plano de meios? Qual o critério de escolha dos órgãos de comunicação? Que campanhas foram contratadas? Que métricas existem e, se há risco de pulverização artificial da despesa? E, faço esta pergunta porquê? Porque a miúde surgem vários ajustes diretos em regime simplificado, para rádios, jornais, revistas, clipping, publicidade, cujo valor ascende a sessenta e um mil duzentos e quarenta e seis, incluindo comunicação, publicidade, clipping, no período analisado. Como tal, uma vez mais, fá-lo-ei chegar por escrito, uma vez que nesta casa nunca obtenho qualquer tipo de resposta. Invariavelmente, continua-se a ver o recurso a exonerações e nomeações e substituição, pasme-se muitos dos exonerados poderão estar neste momento alocados a serviços cuja sua categoria ou conhecimento técnico não se coaduna, da mesma maneira que alguns dos nomeados, ou que vieram em mobilidade poderão estar em serviços que poderá não ser compagináveis com a formação de base e com a experiência profissional. O que me leva a crer que, se calhar as minhas visitas a Vale de Pedras e os desaires que eu oiço dos munícipes que se queixam desesperadamente, se calhar as pessoas pura e simplesmente não têm competência para a função em que estão destacadas, poderão ter para outras, não têm para aquele. Eu na semana passada tive duas horas em Vale de Pedras e não me levantei enquanto não resolvesse alguns problemas urgentes, sendo que outros ficaram por resolver, e ouvi todo o tipo de desabafos de munícipes, todo. Depois, no que concerne às entidades participadas, a resposta é demasiado pobre, eu entendo que possa não ter havido desenvolvimentos entre o último documento e o atual. Ainda assim, uma vez mais, fá-lo-ei chegar por escrito um pedido de lista atualizado das entidades participadas, percentagem posição do município, representantes municipais, atas relevantes, contas, resultados, transferências, responsabilidades financeiras e benefícios concretos do município Porque a minha função é fiscalizar, não é governar.” -----

Hugo Aires: “Pareceu-me daquilo que entendi, e daquilo que também analisei e salvo o erro que possa estar a cometer, se bem entendi em relação à matéria dos custos com pessoal, parece-me a mim que se trata de uma estimativa, essa estimativa é feita de um determinado ato temporal. Ou seja, isto é uma



previsão, não é exatamente os custos que temos efetivamente com o pessoal, pareceu-me. E em relação a outra questão que me saltou a atenção, a questão das verbas para a habitação social. Realmente estão lá cinco milhões, mas esses milhões não estavam, eles estão porque houve um descabimento no projeto que seria a Quinta do Barros, é essa a razão de neste momento termos esse valor, que ascende um pouco os cinco milhões, cinco milhões e quatrocentos mil euros, creio eu. É o meu entendimento, mas posso estar equivocado.” -----

Presidente da Câmara: “Muito bem, o que eu não responder será respondido por escrito. Caro deputado Domingos Coelho, como sabe, o orçamento é uma previsão de despesa, de receita, este não foi o nosso orçamento, sabe disso perfeitamente, foi feito com pouco tempo. Estava a chamar “boys” a pessoas com formação e com experiência académica, pessoas com experiência também em parte administrativa, acho que não é o termo correto. Ou seja, fala aqui numa previsão de oito milhões de euros para funcionários, isto como deve imaginar, nada tem a ver com nomeações, nada tem a ver com essas transferências, mas foi o que eu entendi da sua intervenção, mas depois poderemos depois esclarecer se houve aqui algum mau entendimento da minha parte. Não há funcionários demitidos, há sim exonerações, são opções políticas. As compensações são as que derivam da lei, não ficamos a dever dinheiro a ninguém. Relativamente ao que não lhe respondia às perguntas que você fez, será depois avaliado e revisto as várias questões que fez, para depois ser respondido, porque não tenho o conhecimento para poder responder, neste momento. Relativamente à senhora deputada Helena Palhota fala aqui a muitas áreas de eventos, posso lhe dizer que é incomparável com o anterior executivo. Nós, com certeza não iremos investir ou gastar sete milhões e meio em eventos, isso nem de perto, nem de longe. Se quiserem considerar ou se quiserem introduzir os eventos que são a Cidade Europeia do Desporto, isso é outra conversa. Mas essa aí não foi uma decisão minha, atenção, isso foi uma decisão tomada pelo anterior executivo e, como devem imaginar, estamos a ter um gasto bastante profundo com a Cidade Europeia do Desporto, já começamos a cortar despesas e estamos a tentar gastar menos de metade do que estava previsto. Agora, relativamente aos eventos, estamos muito abaixo do que aquilo que foi gasto no ano passado, isso está nos centros de custo, é algo que eu sigo de perto. Relativamente à comunicação, que aqui afirmou que havia grandes gastos, posso lhe dizer que o ano passado foi investido pelo anterior executivo cerca de um milhão e cem mil euros, um milhão e duzentos mil euros. Ou seja, nós vamos a vinte e cinco por cento desse valor, já passaram mais de seis meses, ou seja, estamos muito abaixo do investimento ou dos gastos que foram executados pelo anterior executivo. Agora, relativamente a isso que referiu e que disse, que havia ajustes diretos para a contratação de eventos, sabe perfeitamente que é o critério imaterial, é o que todas as Câmaras fazem, é a maneira de contratar eventos, era aquilo que foi feito pelos anteriores executivos da Câmara de Albufeira e, é aquilo que é feito em todos os executivos por este país, das Câmaras. Só não sabe é quem não se informa, ou não estuda, é critério imaterial, é ajuste direto e, é feito dentro da lei desta Câmara. Falou outra vez no Albufeira Radical, pois eu posso lhe dizer que, houve uma poupança de mais de cinquenta mil euros e depois, na última assembleia recorde-me agora, de ter-me dito que tínhamos deixado de fora IPSS. Mentira, não deixamos, já me fui informar e não deixamos qualquer IPSS de fora, do Albufeira Radical, que era o anterior Sea Fest. Afirmou aqui categoricamente que tínhamos deixado IPSS de fora, é mentira, é uma falácia. Cura da Alma não é

uma IPSS, tão simples quanto isso, não é. Na altura, as afirmações que estão na ata, que a senhora deputada disse que, não tínhamos convidado IPSS, que tínhamos deixado de fora no Albufeira Radical, eu mandei analisar quem tinha sido convidado no Sea Fest e essa é a realidade. Não vale a pena abanar a cabeça porque é tão e tão simples quanto isto. Relativamente aos métodos de escolha de comunicação, é a mesma metodologia que é feita em qualquer lado. É feita uma prospeção ao mercado e escolhemos aquilo que achamos que é mais adaptado à nossa realidade. Quando faz aqui acusações de urbanismo, eu tenho que lhe voltar a repetir, voltar a relembrar como é que encontramos o urbanístico, o urbanismo excessivamente burocrático, praticamente paralisado, preso a procedimentos morosos e uma solução informática, sem acessos adequados e bastante inoperacional. E, durante mais de dois meses, nem sequer tivemos acesso pleno a esse sistema. Esta solução comprometia a eficiência desta Câmara no urbanismo, por isso, nós definimos uma solução muito clara que foi simplificar, reorganizar e modernizar o urbanismo. Os resultados começam a aparecer. Vamos comparar dois mil e vinte e cinco com dois mil e vinte e seis. Em abril, maio e junho de dois mil e vinte e seis, no urbanismo foram despachados mais processos e expedidos mais ofícios do que em qualquer mês de dois mil e vinte e cinco. E, no primeiro semestre de dois mil e vinte e seis, registou-se ainda um crescimento superior a vinte por cento dos processos despachados, face ao mesmo período de dois mil e vinte e cinco. Ou seja, isto é a prova que as medidas estão a surtir efeito. Além daquilo que já anunciámos, que já adjudicamos uma nova solução global de gestão urbanística, com recurso a inteligência artificial, que vamos ser os primeiros no Algarve. Por isso, essas suas afirmações, que esteve lá, que recebeu imensas queixas no urbanismo, soa-me apenas a afirmações, pouco ou nada fundamentadas.” -----

Domingos Coelho: “Senhor Presidente, gostava de aclarar e esclarecer aqui uma situação, eu não chamei boys aos funcionários, o que eu disse é que, na linguagem do Chega, se fosse analisar estas situações usaria a expressão “boys”. O que eu disse é, neste caso, são de Loulé, e a prova está aí. É somar os funcionários que transitaram de Loulé para Albufeira, transitaram ou que foram contratados, não tenho nada contra, é uma constatação, absolutamente e, as pessoas merecem toda a consideração, porque não as conheço e parto do princípio que serão bons técnicos, boas pessoas. Portanto, quando eu usei a palavra “boy”, não foi em relação a essas pessoas. Digamos que é a linguagem que o Chega, a questão é que o Chega, na sua política nacional e na praça pública gosta de usar muito esta expressão, ou expressões quando está na oposição, mas quando está aqui no poder, não gosta de ouvi-las. Quer dizer, o partido é o mesmo, ou não? Não, o partido Chega em Albufeira é um partido nacional. Portanto, é assim como quando criticam o PS ou outro partido qualquer, não criticam o PS de Albufeira, criticam o PS nacional. Portanto, e para concluir, não fiz qualquer alusão negativa a essas pessoas, tenho a máxima consideração como tenho por qualquer pessoa que não conheço, parto do princípio de que as pessoas são todas boas e bons técnicos, até prova em contrário.” -----

Presidente da Câmara: “Muito obrigado pelo esclarecimento, senhor deputado Domingos Coelho, tinha percebido o contrário. Posso lhe dizer que já subimos mais treze funcionários desta Câmara para chefias, para ter uma ideia, por isso não são todos de Loulé, nem de perto nem de longe. Relativamente à parte partidária, sei que o senhor Domingos Coelho gosta de polarizar ou de extrapolar, trazer a política nacional para a política local, mas acho que isso é incomparável. O que é nacional é nacional,



o que é local é local. E, nós estamos aqui é pelo bem das pessoas, para resolver o problema dos albufeirenses, tudo muito bem, fomos eleitos por um partido, respeito o Chega, como você respeita o Partido Socialista, há quem respeite o Partido Social Democrata, mas temos de colocar claramente os albufeirenses no centro das decisões. Nada de serve estarmos aqui a bater no peito e dizer: eu sou do Partido Socialista e eu sou do PSD, e eu sou do Chega. Este executivo foi eleito para resolver o problema das pessoas, da mesma maneira que vocês foram eleitos para fiscalizar, fiscalizar o trabalho deste executivo. Isto não tem nada a ver com partidos, tem a ver com pessoas, em querer fazer melhor, em querer resolver, acabar com o ruído na cidade, termos mais acesso à saúde, termos um novo centro de saúde, termos mais habitação, resolvermos a situação dos Ubers, resolvermos, como disse há pouco, tentar suprir a hipótese de que haja incêndios neste nosso concelho, fazermos assoreamento nas praias, tentarmos levar este modelo de gestão municipal para que seja mais eficiente. E, nós nunca nos podemos esquecer, temos funcionários fantásticos e, que se esforçam para lidar com trabalhos e as dificuldades do dia a dia. Isto não é fácil ser funcionário público. Muitas das vezes o requerente chega cá e quer as coisas resolvidas de um dia para o outro. Os funcionários, muitas das vezes, burocraticamente têm de cumprir, têm que cumprir a lei e muitas vezes a lei não está a tramitada melhor maneira. Por isso, nós temos é que valorizar os funcionários públicos. É isto que nós temos de fazer. Muito Obrigado.” -----

Uma vez chegada as vinte e duas horas e trinta minutos a Presidente da Assembleia colocou a votação a continuação dos trabalhos, que foi aprovado por maioria. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte. -----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação das atas de 21-04-2026 e 29-04-2026; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia colocou as atas a votação. -----

VOTAÇÃO DA ATA DE 21-04-2026: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e um (21): Luna Silva, Desidério Silva, Carla Vieira, António Maia, Helena Simões, Beatriz Pereira, Domingos Coelho, Ana Pífar, Dário Pereira, Maria José Leote, Henrique Coelho, Luis Afonso, Maria Isabel Rodrigues, Otelto Cabrita, Flávia Pereira, Nuno Cabrita, Nelson Cachita, Hugo Aires, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A ata foi aprovada por maioria dos presentes na referida sessão. -----

Não estiveram presentes na referida sessão os membros: Margarida Guilherme, Luis Rodrigues, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia da Guia, pelo que não votaram. -----

VOTAÇÃO DA ATA DE 29-04-2026: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----



Votos a favor: vinte e um (21): Luna Silva, Desidério Silva, Carla Vieira, Helena Simões, Beatriz Pereira, Domingos Coelho, Ana Pifaro, Margarida Guilherme, Dário Pereira, Maria José Leote, Henrique Coelho, Luis Afonso, Maria Isabel Rodrigues, Otelio Cabrita, Flávia Pereira, Nuno Cabrita, Nelson Cachita, Hugo Aires, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne. -----

A ata foi aprovada por maioria dos presentes na referida sessão. -----
Não estiveram presentes na referida sessão os membros: António Maia, Luis Rodrigues, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia da Guia, pelo que não votaram. -----

PONTO TRÊS

Tomada de conhecimento dos **apoios concedidos às Juntas de Freguesia do concelho**; -----
A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----
Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, ficou feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO QUATRO

Tomada de conhecimento da **relação dos compromissos plurianuais assumidos pelo Presidente da Câmara**; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Helena Simões: “Eu recorro que, em vinte e seis de novembro aprovámos a delegação de competências para assunção de compromissos plurianuais que não ascendessem o valor por ano de meio milhão, quinhentos mil euros. Pelas minhas contas, e convertendo tudo aquilo que está no PDF, com a data, entre vinte e dois de janeiro de dois mil e vinte e seis e, catorze de abril de dois mil e vinte e seis, chego a compromissos plurianuais para o ano de dois mil e vinte e seis, um milhão seiscientos e onze, dois mil e vinte e sete, um milhão novecentos e catorze, dois mil e vinte e oito, novecentos e vinte e sete mil, como tal, eu pergunto, se tem havido fiscalização para o cumprimento do dito meio milhão, porque isto levanta-me questões financeiras e preocupantes que poderão ser suscetíveis de ser levantadas junto da IGF ou do Tribunal de Contas. Como tal, antes de agir em conformidade, eu pergunto se a autarquia ou o Presidente, vê de bom tom pedir ao serviço competente para rever esta questão, desde o início do mandato, uma vez que só pelas minhas contas, neste período excedemos nos três anos fiscais, excedemos o valor. Só em dois mil e vinte e nove, é que desce para os dezanove mil, aí está dentro do cumprimento legal, mas também recorro que a deliberação foi só para três anos. Como tal, os três anos em apreço, dois mil e vinte e seis, dois mil e vinte e sete e dois mil e vinte e oito, está em incumprimento legal.” -----

Presidente da Câmara: “Senhora deputada, vou pedir aos serviços para analisarem essa situação e agradeço pelo alerta. Se, realmente se concretizar aquilo que acabou de dizer, vou pedir aos serviços para que me sejam dados os devidos esclarecimentos. Muito Obrigada” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, ficou feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO CINCO

Tomada de conhecimento do **sistema de Controle Interno – Criação de novo serviço emissor**; ----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----



Tomaram o uso da palavra os membros: -----
Maria Isabel Rodrigues: “Boa noite, senhora Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores Vereadores, colegas e digníssimo público aqui presente e que nos assiste através do YouTube. Permitam-me uma breve nota prévia. Durante vários anos tive o privilégio de dirigir uma unidade hoteleira em Albufeira, funções que desempenhei até ao ano transato. Essa experiência permitiu-me conhecer de perto a realidade do setor turístico e as exigências administrativas a que os hoteleiros estão sujeitos, designadamente no que respeita à cobrança e entrega da taxa turística ao município. Posso, por isso, testemunhar com conhecimento de causa, o impacto prático que as medidas agora adotadas terão na atividade diária dos operadores turísticos. Faz agora precisamente dois anos que, na Assembleia Municipal realizada em Paderne, na Caixa de Crédito Agrícola, lá fui, na qualidade de cidadã e diretora hoteleira manifestar a minha profunda preocupação e descontentamento pela inércia então demonstrada pelo município perante os desacatos, comportamentos obscenos e outros graves episódios de desordem e falta de segurança que se verificavam e, ainda se verificam alguns, sobretudo na zona da Oura e na baixa de Albufeira. Entendi na altura que, a situação exigia uma atuação mais firme e determinada por parte da Câmara Municipal e do seu executivo. Faço hoje essa referência por uma razão muito simples, quem critica quando entende que existem motivos para o fazer, deve também ter a honestidade intelectual de reconhecer e elogiar as boas decisões quando elas são tomadas. É precisamente neste espírito que quero enaltecer uma medida recentemente implementada pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Albufeira, senhor Engenheiro Rui Cristina, que considero merecedora de reconhecimento público. Enquanto, decorre o processo de revisão do Regulamento da Taxa Turística do Município de Albufeira, foi disponibilizada uma nova plataforma eletrónica destinada ao registo de declaração e liquidação da taxa turística. Trata-se de uma iniciativa que representa um importante avanço na modernização administrativa do município. Esta plataforma veio simplificar significativamente os procedimentos associados ao cumprimento das obrigações legais por parte dos empreendimentos turísticos, das unidades de alojamento local, dos parques de campismo e das áreas de auto - caravanismo, permitindo que as declarações e autoliquidação, sejam submetidas de forma mais simples, rápida, intuitiva e eficiente. Para além da evidente melhoria operacional, importa salientar que, esta solução reforça a transparência dos procedimentos administrativos e proporciona uma relação mais direta entre os operadores económicos e o município. Aliás, vou até acrescentar que a antiga forma de se fazer a cobrança e entrega de dinheiro à Câmara só existia em Albufeira, nenhum outro município deste país tinha esta forma complicadíssima de o fazer. Merece igualmente destaque o facto de esta nova plataforma permitir uma redução significativa dos encargos, anteriormente suportados com a empresa intermediária responsável pela gestão do sistema, traduzindo-se numa medida que beneficia simultaneamente os diversos operadores do setor e a própria eficiência da administração municipal. Importa ainda realçar que, após a conclusão da revisão do Regulamento da Taxa Turística atualmente em curso, está prevista a atribuição aos empreendimentos turísticos, às unidades de alojamento local, aos parques de campismo e às áreas de autocaravanismo uma compensação correspondente a dois e meio por cento do valor da taxa turística efetivamente cobrada e entregue ao município. Também aqui vou acrescentar que isto também foi prometido com o anterior executivo, mas nunca foi entregue aos



hotéis nem às empresas exploradoras dos hotéis. Trata-se de uma medida de inteira justiça que reconhece o tempo, o trabalho administrativo e os custos suportados por estas entidades na cobrança da taxa turística, em benefício do município. Num tempo em que tantas vezes se salientam apenas os aspetos menos positivos da atuação dos poderes políticos e públicos, considero igualmente importante reconhecer e valorizar as decisões que contribuem para uma administração mais moderna, eficiente, transparente e próxima dos cidadãos e dos agentes económicos. Por isso, deixo aqui um público elogio ao senhor Presidente da Câmara, ao Executivo Municipal e a todos os trabalhadores e serviços envolvidos na concretização desta iniciativa, esperando que este seja mais um passo no reforço da cooperação entre o município e o setor turístico, um dos principais, senão o principal pilar da economia de Albufeira. Permitam-me terminar com uma breve reflexão. Há dois anos usei esta tribuna, aliás, não foi esta, foi em Paderne, para alertar para problemas que considerava graves e que exigiam uma resposta firme da Câmara Municipal. Quero dizer que ainda hoje estou à espera dessa mesma resposta. Hoje estou aqui na qualidade de deputada municipal, por uma razão diferente, reconhecer uma decisão que considero acertada e benéfica para o concelho. Criticar quando as circunstâncias o exigem é um dever cívico, reconhecer e elogiar quando o mérito o justifica é igualmente um imperativo de justiça. Foi esse o espírito que norteou a minha intervenção de então e é esse mesmo espírito que inspira a minha intervenção de hoje. E, quero dizer mais, nunca houve na história da democracia um Presidente de Câmara em Albufeira tão perseguido como este. É uma caça às bruxas.” -----

Presidente da Assembleia: “Desculpe, senhora deputada eu não vou pôr o documento no lixo. A senhora deputada se quiser pôr, põe a senhora deputada. Se eu o recusei, não tem de deixar o requerimento em cima da mesa. E, não tem que dizer que a Mesa tem que colocar o documento no lixo.” -----

Dário Pereira: “Pegando aqui nas palavras da minha colega Isabel, eu estou ligada à hotelaria, à volta dos trinta anos. Fui diretor em algumas unidades aqui em Albufeira. Sou diretor hoteleiro e, não posso deixar de não concordar com algumas palavras aqui da Isabel. E, é aqui a democracia que funciona. Portanto, eu entrei como diretor rececionista, ou o que seja, à volta de oitenta e cinco, mais ou menos, anos noventa e, eu chamo o turismo dos dinossauros, se me façam entender. E, em tempos atrás, noutras Assembleias, eu levantei-me para responder em relação ao turismo, e perante o turismo e as mudanças que houve. Albufeira tem duas linhas e eu chamo quatro linhas. São duas ruas e os paralelos, estamos a falar os Olhos de Água e o outro lado, Galé e etc. Temos vários nichos de mercado cá dentro, para quem não quer entender, eu volto a explicar. Albufeira nestas duas linhas tem jovens, divertimento e temos que olhar para o potencial negócio dentro da Albufeira, onde a economia sobrevive, os empresários sobrevivem e têm liberdade para trabalhar e respeitar os residentes, ok ?! Nestas duas linhas. Nas outras duas linhas, temos turista com qualidade, estamos a falar do Sheraton, Pine Cliffs, etc, no outro lado do grupo Nau antigo, agora grupos americanos, e eu estou metido em duas linhas, é a linha dos Olhos de Água que é bom turístico, é uma boa unidade, que é o Balaia Atlântico e o Hotel Paraíso de Albufeira, onde eu sou diretor geral, e estamos a construir outro para o lado da Galé. Eu aqui em Albufeira tenho um mercado jovem, eu sei trabalhar com mercado jovem. Vocês podem visitar o hotel, há muitos que estão aqui, visitam o hotel. Eu não tenho um cliente sem t-shirt dentro



da área da receção, do restaurante ou bar. Isto incute-se dentro dos hotéis. Não quer dizer que, apanhamos mau ou bom cliente, eu não posso estar no aeroporto, eu disse isto em tom de brincadeira a olhar para a cara dos clientes e dizer, olha tu podes ir para Albufeira e tu não podes. Portanto, isto simplesmente é hotelaria. Nós temos que trabalhar com o que temos. Nós não podemos dizer quando recebemos o turista, se ele é mau ou se é bom, há bons comportamentos, há maus comportamentos. Nos anos noventa, havia bebedeiras, havia chatices, havia pancadaria. Está aqui um da velha guarda, como eu. Aliás, estão alguns, não é só um, estão aqui muitos. Só que não havia uma coisa, os telefones a filmar. Portanto, acho que isto está tudo explicado. É uma coisa muito simples. Nós, albufeirenses, temos que defender a terra, com o bom ou mau turista, nós temos que trabalhar com eles, ok? É simples isto. E eu acho que, isto não se aprende na escola, aprende-se é no trabalho, no dia a dia, e já são muitos anos que eu tenho, a Isabel também e muitos que estão aqui. Está aqui chefes de bar, estão aqui diretores de departamento e tudo mais que eu os conheço-os a todos. Eu não estou a dar licença a ninguém, custa-me é ouvir certas palavras aqui. E há outras pessoas estão à frente de organismos, da parte do turismo e tudo mais, que não têm competências para tal. Isso é outros patamares para mais tarde.” -----

Domingos Coelho: “Bem, de turismo e de hotelaria não é a minha lavra, portanto não digo uma palavra. Mas já que estamos a falar de taxa turística, recordaria que, cabe ao Executivo apresentar aqui um relatório sobre a execução dos valores correspondentes à taxa turística e, que, até hoje ainda não apareceu esse relatório. Ou seja, como é que essas verbas foram aplicadas?” -----

Nelson Cachita: “Mais uma vez boa noite. Senhor Presidente, deixo-lhe uma pergunta simples, sabe ou consegue saber quanto é que foi apurado em taxas turísticas nos últimos dois ou três anos? Consegue saber?” -----

Presidente da Câmara: “Começar pela senhora deputada Isabel Rodrigues, agradeço as suas palavras. Tínhamos um sistema que era único no país e que não era clarividente e que acabava por ser bastante oneroso para o próprio município. Trouxemos uma solução que está a ser utilizada em muitos municípios, na grande maioria dos municípios em Portugal. O atual Regulamento da Taxa Turística não considera a entrega dos dois e meio por cento, por isso estamos a fazer a revisão do regulamento, para que se possa entregar, porque não podemos estar aqui a prometer e depois não cumprir. Isso era pior, caía o Carmo e a Trindade e não podemos estar a enganar as pessoas. Relativamente ao que o senhor deputado Dário Pereira disse, disse aqui algo muito importante, temos de defender este grande concelho, este concelho que é o segundo maior destino turístico do país, a todo o custo e, deve ser defendido sempre, deve ser sempre defendido. Claro que se pudermos fazer a transição e o caminho que eu acho que se pode fazer para um turismo mais qualidade, temos de fazê-lo. E é esse o meu intuito e é essa a minha vontade. Mas nunca deixando de defender o município de Albufeira. Relativamente ao senhor deputado Domingos Coelho, vamos tratar de apresentar o tal relatório. Vou já aqui indagar perante os serviços para que isso seja apresentado, quanto é que já recebemos. Podia lhe dar aqui um número, mas não quero estar a entrar aqui em erros. Relativamente ao senhor deputado Nelson Cachita, que fez uma pergunta bastante assertiva, foi-nos apresentado o valor onze milhões e meio, mas fiquei a saber que em dois mil e vinte e cinco, já fiquei a saber que andamos a receber dinheiro de taxas turísticas do ano passado. Não temos acesso à antiga plataforma, já pedimos, para



saber o que é que ficou por cobrar. Ou seja, estamos aqui numa área um pouco cinzenta. E, estamos a tentar saber o que realmente não recebemos. Se vamos conseguir? Não lhe sei dizer, que estamos a dar o nosso melhor para lá chegar, estamos. Agora vamos ver o que é que é possível apurar, porque todos nós temos o direito de saber o que é que ficou, o que é que foi cobrado e o que é que ficou por cobrar.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, ficou feita a tomada de conhecimento. -----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal da autorização prévia prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, das Entidades Intermunicipais e do Associativismo Autárquico, aprovado pela Lei 75/2013, referente à **proposta de Reversão do Direito de Superfície – Cooperativa Martrain, CRL**; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----
Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Nelson Cachita: “Senhor Presidente, o processo que hoje analisamos não é apenas um caso de insucesso de um projeto. É, acima de tudo, reflexo de uma forma de agir que, infelizmente, marcou o passado recente deste município. Uma forma de agir onde o rigor jurídico foi sendo sucessivamente substituído por decisões ad hoc, sem a devida ancoragem legal e onde o acompanhamento dos projetos ficou aquém da responsabilidade exigida quando estão em causa recursos públicos e património municipal. Importa começar por ser claro, este executivo não é responsável pela génese deste problema, está em funções há sensivelmente sete meses e herdou um processo que já vinha juridicamente fragilizado, com múltiplas decisões tomadas ao longo dos anos que hoje revelam inconsistências sérias. Mas é precisamente por isso que importa, neste momento, clarificar o ponto da situação e exigir respostas, não apenas para apuramento de responsabilidades passadas, mas sobretudo, para garantir que o futuro não repete os mesmos erros. Desde logo, há uma questão que não pode ser ignorada, houve alterações ao direito de superfície que não foram submetidas à Assembleia Municipal, apesar de tal ser legalmente exigido e, por isso não produzirem efeitos jurídicos válidos. Isso significa que o próprio enquadramento contratual foi, em determinado momento alterado à margem da legalidade. Não estamos a falar de um detalhe técnico, estamos a falar de um vício que pode comprometer todo o processo. Por outro lado, o contrato previa condições muito claras. A obra deveria iniciar-se dentro de prazos definidos, sob pena de reversão automática dos imóveis para o município. Esses prazos não foram cumpridos e, mais do que isso, importa a própria entidade beneficiária ver reconhecer a inviabilidade do projeto. Perante isso, coloca-se uma questão simples, mas incontornável, não estaria esse direito de superfície, já na prática, em situação de caducidade? Se assim for, e tudo indica que possa ser essa a realidade, então, durante anos a autarquia conviveu com um incumprimento contratual evidente, sem acionar atempadamente os mecanismos de salvaguarda do interesse público, que estavam previstos no próprio contrato. E, isso levanta uma pergunta que não pode deixar de ser feita, porque não foi acionada mais cedo a reversão? Há ainda outro aspeto que adensa a preocupação, estamos perante um projeto que já beneficiou de trezentos mil euros de dinheiros públicos, atribuídos com condições claras, nomeadamente a apresentação de um cronograma e a aplicação efetiva desses recursos no projeto. No entanto, o próprio parecer refere que

se desconhece a existência dessa informação. Ou seja, existe uma dúvida objetiva sobre a forma como esses fundos foram utilizados. E aqui que a questão não é política, é de responsabilidade financeira. Como foi acompanhado este investimento? Quem verificou? Quem exigiu o cumprimento das condições? E, por que razão a comissão de acompanhamento criada para o efeito aparenta não ter produzido resultados visíveis? Sendo mesmo referido que se desconhece a sua atividade. A tudo isto acresce um elemento adicional de risco jurídico, sobre dois dos imóveis incidem penhoras relevantes, resultantes de processos de execução movidos por terceiros. Isso significa que qualquer decisão de reversão poderá ter de ser articulada com interesses de credores, o que expõe o município a potenciais litígios e incertezas quanto à plena disponibilidade dos bens. O que este processo demonstra é que não basta ter boas intenções, nem projetos ambiciosos, é necessário garantir que, desde o primeiro momento existe rigor jurídico, acompanhamento efetivo e responsabilização adequada. Nada disso parece ter sido feito e assegurado com a consistência necessária neste caso. É por isso que, dirige-me ao atual executivo, que repito, não criou este problema, coloco questões que considero fundamentais. Como pretende a Câmara assegurar que a reversão do direito de superfície será juridicamente sólida, tendo em conta as irregularidades identificadas no histórico do processo? Que diligências estão já em curso para apurar a aplicação dos trezentos mil euros atribuídos e, se necessário, para exigir a sua restituição? Foi já promovida a vistoria dos imóveis para avaliar a existência de benfeitorias e salvaguardar os interesses do município? E, olhando para o futuro, que mecanismos serão implementados para garantir que projetos desta natureza tenham acompanhamento efetivo, com monitorização real e não apenas formal. Este não é apenas um caso do passado, é um alerta para o futuro. Porque quando o Estado, neste caso, o município, falha na exigência, falha também na proteção dos interesses dos cidadãos. E se, queremos uma autarquia moderna, responsável e alinhada com os princípios da boa governação, então temos de tirar daqui uma lição clara, menos improvisado, mais rigor, menos decisão avulsa, mais estrutura, menos tolerância ao incumprimento e mais responsabilização. É isso que os munícipes esperam de nós.” -----

Alberto Saraiva: “Muito boa noite, senhora Presidente da Assembleia Municipal, senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados Municipais, minhas senhoras e meus senhores, o que eu venho aqui dizer praticamente já foi repetido aqui, pelo colega deputado, mas eu vou reafirmar mais uns dois pontos que tenho aqui. A proposta que apreciamos e iremos votar visa resolver um processo que se arrasta há cerca de oito anos. Ao que tudo indica, terminou com a inviabilidade do projeto inicialmente previsto. Da análise da documentação disponibilizada, considero que a reversão do direito de superfície encontra fundamento jurídico nas cláusulas contratuais existentes e no incumprimento do fim para o qual esse direito foi constituído. Contudo, esta deliberação suscita um conjunto de questões que considero legítimas e que importa esclarecer, não por colocarem em causa o atual executivo, mas porque a Assembleia Municipal tem o dever de fiscalizar a gestão dos interesses do município e de acompanhar a forma como este processo foi conduzido ao longo dos últimos anos. Assim, gostaria de obter esclarecimentos sobre os seguintes aspetos, em que momento tomou o município conhecimento da inviabilidade do projeto? A Comissão de Acompanhamento, criada em dois mil e vinte e dois, elaborou relatórios previstos, e esses relatórios foram apresentados à Câmara Municipal? Dos trezentos mil euros de apoios públicos atribuídos, qual o montante



efetivamente executado e devidamente justificado? Existe obrigação de restituição das verbas públicas, eventualmente não executadas ou indevidamente utilizadas? Qual é a situação atual da candidatura que suportava este investimento? Que destino prevê o município dar a este património após a reversão do direito de superfície? Entendo que, estas respostas são importantes para que a Assembleia Municipal possa exercer plenamente as suas competências de fiscalização e retirar as devidas lições deste processo, contribuindo para as situações semelhantes sejam acompanhadas com maior rigor e eficácia no futuro.” -----

Helena Simões: “Bom, os factos são os factos e a memória descritiva do processo assim o diz e vai alinhado com a minha primeira intervenção, se calhar de um pedido de desculpas que não é meu de fazer, mas que o partido era meu à data, por isso, inevitavelmente, alguém tem que o fazer. Ainda assim, chegados a este momento, e face à questão suscitada das penhoras, eu solicito que, antes de se votar eventualmente este ponto, seja nesta ou numa futura Assembleia, que sejam facultadas as certidões prediais atualizadas dos três prédios, a identificação exata do objeto das penhoras, a informação se as ditas penhoras incidem sobre o direito de superfície, sobre a obra superficiária ou sobre outra posição jurídica. E, um parecer jurídico registral sobre os efeitos da reversão perante os credores. Porque poderemos estar, eventualmente, perante uma situação que a reversão em si possa não resolver a questão das penhoras e possa o município estar a assumir a assunção de compromissos que não são eventualmente deles, de assumir. Depois, questionar que, não obstante a Martrain ter participado que, não pretendia levar a bom porto o processo, que confirmar se foi dada a audiência prévia, como é uma obrigação do procedimento administrativo para eventualmente não comprometermos uma reversão de futuro que possa estar ferida de ilegalidade, a nível de procedimento administrativo. Basicamente a pergunta, o meu colega Saraiva, também já a fez, qual é o destino a que o município pretende dar a este bem?” -----

Domingos Coelho: “Não vou à história do processo, porque a história é longa, começou há cerca de vinte anos, exatamente nas vésperas de uma eleição autárquica, depois teve o percurso que teve e já aqui foram levantadas questões do ponto de vista legal e até da questão financeira, se a Câmara vai ser ou não ressarcida dos trezentos mil euros. Aliás, a minha bancada, até na Assembleia anterior foi sempre crítica deste processo e era óbvio que aquilo não tinha viabilidade. Então, se a maioria das escolas profissionais estavam a fechar, como é que aquela escola profissional que tinha que, obrigatoriamente fazer um investimento assinalável seria viável? Bom, havia ali outros meandros, enfim, passemos à frente. Em vez de olhar para trás, eu gostava de olhar para a frente e, por um lado questionar o senhor Presidente se tem uma ideia, ou que ideia é que tem para aquele espaço e, para que diga que a oposição ou a bancada do Tua, enfim, só põem grãos de areia, se me permite, eu dava o meu contributo e realçava até, digamos que, o interesse que há ali que pode ser desenvolvido. Para já, a situação, tendo em conta que está a três, quatro quilómetros da via-férrea, está a quatro ou cinco quilómetros do eixo da autoestrada da A22, está a dez quilómetros de Albufeira, está a cerca de doze de Messines, a dez de Boliqueime, é um ponto central e, como já houve uma reversão da parte do rústico para o urbano, penso que se podia ali desenvolver um projeto habitacional, há ali terreno para isso. E, na outra área, que tem cerca de vinte e dois hectares, podia ser muito bem criado uma zona de logística, tendo em conta a sua localização, digamos que importante, ou então locais de apoio,



armazéns, espaços para jovens empresários. E, há uma outra situação ali que é um grande passivo ambiental que ali está, mas há um elemento ali que deve ser bem pensado que é, aquele lago que está lá, que é apreciável a quantidade de água que ali está retida e que em caso de incêndio na zona, será dos poucos locais onde os bombeiros poderão carregar os baldes de água para o helicóptero para o combate aos incêndios aqui na zona.” -----

Presidente da Câmara: “Responder aqui aos senhores deputados Nelson Caxita, Alberto Saraiva, Helena Palhota e Domingos Coelho. A verdade é que o contrato não foi cumprido e, como tal tem de se recuperar o imóvel e defender aqui este grande património, este grande investimento da autarquia de uma área, como já aqui foi dito, tem uma localização estratégica e é muito importante para este concelho e pode vir a ser muito importante para o desenvolvimento deste concelho. É algo que tem de ser aprimorado, tem de ser refletido, Não pode nem deve ser uma decisão unilateral. O dossiê é complexo, sem sombra de dúvida, temos estado a perceber como é que foi gerido, estamos a fazer o que possível ser feito em termos de aconselhamento jurídico administrativo, mas há algo que foi dito e é algo que nós todos conseguimos entender, é que, só podemos ter atuação depois desta deliberação. Sem esta deliberação não podemos atuar, como aqui foi referido pelos senhores deputados. Ou seja, é um terreno, é um grande entrave que nós temos aqui, nós não criamos este problema, mas estamos dispostos a resolvê-lo e temos de resolvê-lo. Mas a Câmara Municipal só poderá ter ação se nós passarmos à frente, se pudermos avançar com esta deliberação.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Votos a favor: vinte e cinco (25) Luna Silva, Desidério Silva, Carla Vieira, António Maia, Helena Simões, Beatriz Pereira, Domingos Coelho, Ana Pífar, Margarida Guilherme, Luis Rodrigues, Dário Pereira, Maria José Leote, Henrique Coelho, Luis Afonso, Maria Isabel Rodrigues, Otelto Cabrita, Flávia Pereira, Nuno Cabrita, Nelson Cachita, Hugo Aires, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia da Guia. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

Helena Simões: “Não obstante ter votado a favor pelos motivos que invoquei, até porque o partido em que milito esteve eventualmente na origem do problema, não abduco do pedido que fiz, de rececionar as certidões prediais, de eventualmente garantir que o direito de reversão resolve ou expurga as penhoras, bem como, se neste momento o município tem algum projeto em mente ou algo em mente a destinar aquele equipamento.” -----

Presidente da Câmara: “Sim, nós iremos providenciar os documentos. Agora, relativamente ao projeto, há algo que lhe posso garantir, havia pensado um parque de dinossauros, como foi dito pelo senhor Ex-Presidente, que a terra lhe seja leve, um parque de dinossauros, mas acho que esse não é o caminho. Mas de qualquer das maneiras, depois falaremos sobre isso.” -----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à repartição de encargos do



Contrato de Arrendamento – Prédio sito na 5 de outubro, Paderne, até ao limite de 10 800,00€ + IVA; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Helena Simões: “Como a própria Presidente da Assembleia referiu, e bem, a autorização devia ser prévia e o que acontece aqui é, o período contratual é de um de abril de dois mil e vinte e seis, a proposta é de maio e a deliberação da Câmara é de junho de dois mil e vinte e seis. Ou seja, uma vez mais, vem aqui carimbar na Assembleia algo que eventualmente já há uma assunção de compromissos e, eu não vou estar aqui a invocar a lei de compromissos e tudo mais. Por isso a minha pergunta é uma pergunta muito direta e objetiva, já havia a obrigação em curso antes da eventual autorização desta Assembleia, que só estará a ocorrer hoje? Porque é uma questão de ver o expediente e o expediente refere o período contratual é de um de abril de dois mil e vinte e seis, a proposta da Câmara é de maio e a deliberação é de dois de Junho. Leva-me a outra pergunta, foram pagas rendas em abril, maio e junho, sem autorização prévia?” -----

Nelson Cachita: “Senhor Presidente, é só uma questão de dúvida que me ficou, até dois mil e vinte e cinco, o valor desse contrato eram trezentos euros por mês, certo? E a partir dessa altura passou a novecentos. Para quem acusa a Iniciativa Liberal de especulação imobiliária, a para mim estes valores, posso estar errado, mas os valores parecem-me um bocado exagerados. Passar de trezentos para novecentos. Acho que há um limite em que se pode aumentar um contrato de arrendamento, eu acho que, por lei, a lei não permite que um contrato passe de trezentos euros para novecentos, triplicar o valor, acho que é um bocado exagerado.” -----

Domingos Coelho: “Senhor deputado Cachita, tanto quanto sei é o belo mercado a funcionar e por aquilo que eu conheço, foi uma questão de mercado habitacional, de renda.” -----

Nelson Cachita: Senhor Domingos, permita que lhe diga uma coisa, isto não é um mercado a funcionar, isto é uma entidade pública, não é uma entidade privada, uma entidade pública que se permite aumentar pagar um contrato que triplica o valor. Isto não tem nada a ver com o mercado.” --

Domingos Coelho: “Tanto quanto sei de alguma coisa do processo, isto tem a ver com uma pessoa que vive numa determinada casa que, por via do projeto do Museu do Barrocal, foi desalojada e que foi para outra casa. E, agora essa outra casa foi adquirida por outro proprietário e esse outro proprietário exigiu X.” -----

Helena Simões: “Percebo a estupefação porque é um facto. É o mesmo imóvel, passou um ano, um ano e qualquer coisa e passou qualquer coisa de trezentos para novecentos. Pelo meio, é preciso ver que houve uma renúncia ao contrato, ou seja, o anterior proprietário, e é referido no expediente que o anterior proprietário, ainda antes de vender, fez uma renúncia ao contrato. Ou seja, estou em crer que eventualmente poderemos estar aqui perante uma nova posição contratual. Ainda assim, eu percebo a sua preocupação, ainda assim, se eventualmente o município pedisse uma avaliação, que é aquilo que o obriga, eu poder-lhe-ia dizer que aí, se calhar, o deputado Domingos Coelho tem razão, porque é o mercado, é a lei da procura e a lei da oferta e, é o valor do metro quadrado no concelho. Agora, perante a situação que é, a idade da pessoa, a fragilidade da pessoa. Da mesma maneira que, por exemplo, eu não ia falar nisto, mas como estamos a falar disto, a situação deste senhor aqui da habitação, eu



percebo que existem regras, existem leis, mas se existe um mecanismo que existe ali, uma alínea, uma exceção que permita alguma latitude aos serviços para eventualmente concederem um apoio, é tentar sempre explorar todas as vias ao limite antes de se negar um apoio a uma pessoa carenciada e necessitada. É só isto.” -----

Nelson Cachita: “Em momento algum eu falei em recusar o apoio a quem quer que seja, ainda por cima a uma senhora que, segundo percebi, tem oitenta e tal anos. Mas desmintam-me se estiver errado, há coisa de um ano atrás, foram entregues as chaves, há muito pouco tempo de imóveis do município que foram atribuídos a pessoas, imóveis do município. Se aquela é uma situação de exceção, porque não ter alojado aquela pessoa num dos imóveis do município e ter poupado novecentos euros por mês por um T1 em Paderne. Não estou a menosprezar Paderne, há pessoas que adoram viver lá, mas novecentos euros por um T1, quando o município tem casas que atribuiu há muito pouco tempo, acho que se podia ter evitado esta situação.” -----

Ana Pífar: “Senhora Presidente, tomei a liberdade de vir aqui um bocadinho em resposta aqui ao colega Nelson, porque eu percebo que a renda possa chocar, é a lei do mercado, da oferta e da procura, infelizmente imóveis a trezentos euros em Albufeira, acho que já não existe e se calhar nem em Portugal. Mas, as causas que referiu foram através de procedimento público, se a senhora não concorreu, não lhe pode ser atribuída habitação.” -----

Vereadora Cristina Corado: “Esta situação é uma situação efetivamente de exceção. O concurso que estava a decorrer, não era possível alojar esta senhora nesse mesmo concurso. Houve uma alteração dos proprietários, tal como todos os senhores deputados referiram e, acho que todos tinham razão relativamente a este assunto. Não era possível deixar esta senhora nesta situação, sem um sítio para morar. Essa é uma das nossas preocupações quando encontramos, quanto temos solução, efetivamente muitas vezes não temos a solução. Mas neste caso, os novecentos euros, realmente é um acréscimo muito grande em relação ao valor anterior, mas efetivamente tínhamos um problema em mãos e tivemos que o resolver.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstencões: uma (01) Nelson Cachita. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Luna Silva, Desidério Silva, Carla Vieira, António Maia, Helena Simões, Beatriz Pereira, Domingos Coelho, Ana Pífar, Margarida Guilherme, Luis Rodrigues, Dário Pereira, Maria José Leote, Henrique Coelho, Luis Afonso, Maria Isabel Rodrigues, Otelo Cabrita, Flávia Pereira, Nuno Cabrita, , Hugo Aires, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia da Guia. -----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal da autorização prévia prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à candidatura “**Participação como Investidor Social no Projeto “Inclusão + Albufeira Próxima”, da Associação in Loco – Alteração de valores e repartição de encargos;** -----



A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----
Tomaram o uso da palavra os membros: -----
Helena Simões: “Sob pena de me tornar repetitiva, mas aqui a situação acontece novamente, é assumido o compromisso antes de vir a autorização prévia da Assembleia Municipal.” -----
Presidente da Câmara: “Eu agradeço o esclarecimento da senhora deputada Helena Simões, vamos analisar a situação. Vou pedir aos serviços para que se analise e que não volte a acontecer.” -----
Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----
Votos contra: zero (00) -----
Abstenções: uma (01) Nelson Cachita. -----
Votos a favor: vinte e quatro (24) Luna Silva, Desidério Silva, Carla Vieira, António Maia, Helena Simões, Beatriz Pereira, Domingos Coelho, Ana Pífar, Margarida Guilherme, Luis Rodrigues, Dário Pereira, Maria José Leote, Henrique Coelho, Luis Afonso, Maria Isabel Rodrigues, Otelto Cabrita, Flávia Pereira, Nuno Cabrita, , Hugo Aires, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia da Guia. -----
A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal da autorização prévia prevista no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, referente à repartição de encargos da **Empreitada de Alteração e Ampliação do Jardim de Infância da Correeira**, pelo valor de 2.121.379,57€ + IVA;
A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----
Tomaram o uso da palavra os membros: -----
Alberto Saraiva: “A ampliação do jardim de infância da Correeira é um investimento importante para o concelho e merece o nosso apoio. No entanto, tratando-se de uma empreitada superior a dois virgula milhões de euros mais IVA e, com o prazo de execução de quatrocentos e oitenta e cinco dias, é fundamental garantir um acompanhamento rigoroso da sua execução. Gostaria, por isso, de saber se a Câmara se compromete a informar regularmente este órgão sobre a evolução da obra, nomeadamente quanto ao cumprimento dos prazos, dos custos e à eventual necessidade de trabalhos complementares. O nosso dever não é apenas aprovar investimentos, mas também assegurar que são executados com transparência dentro do prazo e em defesa do interesse público.” -----
Presidente da Câmara: “Senhor deputado, muito obrigado pela sua intervenção. Mas isto é apenas um projeto, para ir aos fundos vinte trinta. Ou seja, isto é um projeto que consiste em fortalecer, expandir, é a indicação que eu tenho aqui, um estabelecimento com vários anos de existência. Ou seja, temos aqui um projeto e empreitada de alteração, mas isto ainda vai demorar mais de um ano. De qualquer das maneiras, nós pretendemos sempre que os projetos sejam feitos de maneira exímia e que não haja trabalhos a mais, porque isto é sempre oneroso para o próprio município. Como agora temos esta situação da UCC, se não estou em erro, no equipamento que estamos a fazer na Guia, onde está ali já trabalhos a mais, com valores bastante elevados. Nunca o executivo tem interesse nisso. Nós temos interesse é que o projeto seja realmente bem efetuado para que o caderno de encargos não seja torpedeado pelo empreiteiro, que é o que acontece na maior parte das vezes. Acha que não está



blindado? Então vou falar com os serviços sobre isso, eu não tive oportunidade de analisar o caderno de encargos. Já percebi, há margem para muitos erros. Eu agradeço-lhe a atenção e a informação e irei indagar com a pessoa responsável, com o diretor de departamento. Muito obrigado, engenheiro.”- Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Hugo Aires. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Luna Silva, Desidério Silva, Carla Vieira, António Maia, Helena Simões, Beatriz Pereira, Domingos Coelho, Ana Pífar, Margarida Guilherme, Luis Rodrigues, Dário Pereira, Maria José Leote, Henrique Coelho, Luis Afonso, Maria Isabel Rodrigues, Otelo Cabrita, Flávia Pereira, Nuno Cabrita, Nelson Cachita, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia da Guia. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, conforme previsto no artigo 58.º do Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, referente à **alteração dos representantes do Conselho Municipal de Educação**; -----

A Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, a Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: -----

Votos contra: zero (00) -----

Abstenções: zero (00) -----

Ausências: uma (01) Hugo Aires. -----

Votos a favor: vinte e quatro (24) Luna Silva, Desidério Silva, Carla Vieira, António Maia, Helena Simões, Beatriz Pereira, Domingos Coelho, Ana Pífar, Margarida Guilherme, Luis Rodrigues, Dário Pereira, Maria José Leote, Henrique Coelho, Luis Afonso, Maria Isabel Rodrigues, Otelo Cabrita, Flávia Pereira, Nuno Cabrita, Nelson Cachita, Alberto Saraiva, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras, Presidente da Junta de Freguesia de Paderne, Secretária da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água e Secretário da Junta de Freguesia da Guia. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. -----

Domingos Coelho entregou à Mesa documento com questões dirigidas ao presidente da Câmara. (Doc. n.º 5 anexo a esta ata) -----

Antes de encerrar a sessão, foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia. -----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, a Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:45 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

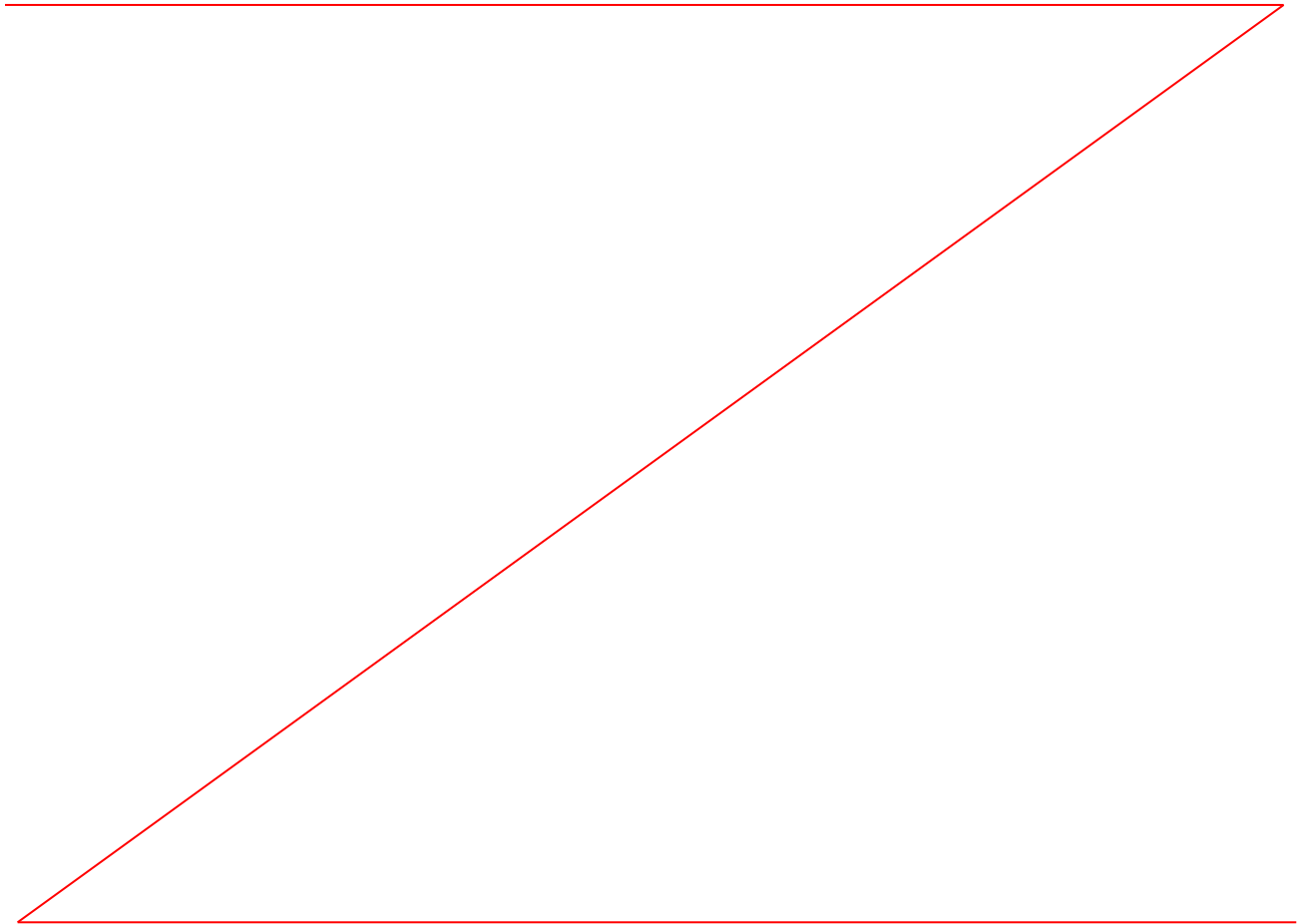
Albufeira, 30 de junho de 2026 -----

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA -----



O PRIMEIRO-SECRETÁRIO (em regime de substituição) _____

O SEGUNDO-SECRETÁRIO _____



Doc. n.º 1



CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL E AUTOMÓVEIS DE ALBUFEIRA
NIPC 680 043 969

CERTIDÃO



Requisição
N. 00006 em 29/06/2026

MARIA LUIS VENCES MIRANDA -----
OFICIAL DE REGISTOS -----
Conservatória do Registo Predial e Comercial de Albufeira -----
CERTIFICA NARRATIVAMENTE que a propriedade do veículo com a matrícula
60-05-ZG, marca INTERNATIONAL, referido no requerimento que antecede, -
está registada a favor de: -----
JOÃO PEDRO BOTELHO MADEIRA
PASSEIO DOS OCEANOS LOTE 2 LOJA 8 PISO -1
8200 371 ALBUFEIRA
Registo de propriedade com ap. 05872, em 18/06/2026

Mais certifico que sobre o referido veículo não se encontram registados
e em vigor quaisquer ónus ou encargos, não havendo apresentações pen-
dentes. -----

Certifico, também, que não existem apresentações pendentes. -----

Eis o que certifico até à emissão da presente certidão

Por ser verdade se passou esta certidão que assino.
Albufeira, vinte e nove de junho de dois mil e vinte e seis, às -----
10H54M46S. -----

CONTA N. 00001

OFICIAL DE REGISTOS

Emolumentos art.º 25 n.º 2.1 RERN 17,00 Euros



Sessão da Assembleia Municipal de Albufeira 30 de Junho de 2026

Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira,

A Bancada da Coligação Albufeira É Tua, vem expor e requerer a V. Exa. o seguinte:

No presente Mandato tem sido prática e entendimento da Sra. Presidente da Assembleia Municipal, ao arrepio de qualquer preceito legal, restringir a inscrição do público, dos cidadãos e munícipes que queiram intervir nas sessões da Assembleia Municipal a 24 horas de antecedência, com o qual discordamos e não compactuamos, por manifesta falta de enquadramento legal, por não ter o plenário sido consultado ou os líderes de bancada.

Invocamos o Artigo 15º n.º 1 do Regimento que diz o seguinte:

“ As sessões da assembleia municipal são públicas, sendo fixado, nos termos do regimento, um período para intervenção e esclarecimento ao público.”

Mais, o artigo 16º do Regimento diz o seguinte:

“ 1. O período de intervenção do público tem a duração máxima de 60 minutos.

2. Os cidadãos interessados em intervir para solicitar esclarecimentos terão de fazer, antecipadamente, a sua inscrição, referindo nome, morada completa e assunto a tratar.

3. O período de intervenção aberto ao público, referido no n.º 1 deste artigo será distribuído pelos inscritos, não podendo, porém, exceder 5 minutos por cidadão.”

Ora, não se encontrando previsto em nenhum dos supra citados artigos alusão ou menção de 24 horas de antecedência, pelo que, entendemos ser uma restrição, uma limitação notória e evidente dos direitos dos cidadãos, munícipes de se inscreverem e de intervirem no órgão que por excelência é o espaço e local adequado para o fazerem e que até decisão do plenário e/ou alteração do Regimento da Assembleia deverá o público inscrever-se previamente, podendo fazê-lo até ao início da sessão correspondente, sem qualquer prazo prévio.

Por isso, ao abrigo do disposto no artigo 30º n.º 1 alínea g) do Regimento, requeremos a V. Exa. e á Mesa que admitam o presente requerimento e que seja objecto de discussão e de deliberação nesta sessão.

Os Membros da Bancada

(Handwritten signatures of the bancada members)

(Handwritten signature of the President of the Municipality)



Sessão da Assembleia Municipal de Albufeira 30 de Junho de 2026

Exma. Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Albufeira,

A Bancada da Coligação Albufeira É Tua, vem expor e requerer a V. Exa. o seguinte:

A Sra. Presidente da Assembleia Municipal por sua iniciativa tem entendido, promover um intervalo de cerca de 15 a 20m nas sessões da Assembleia entre a intervenção do público e o período de intervenção dos membros da Assembleia, não sendo tradição nem prática dos anteriores mandatos tal situação.

Não obstante, não se enquadrar em nenhum dos preceitos legais estabelecidos no Regimento da Assembleia Municipal em vigor, nem na Lei 75/2013 de 12 de Setembro, consideramos que até possa ter alguma pertinência o intervalo, contudo, entendemos que deverá ser após a intervenção do público, dos membros da Assembleia Municipal de resposta do Sr. Presidente da Câmara e antes da discussão da Ordem do Dia.

Por isso, ao abrigo do disposto no artigo 30º n.º 1 alínea g) do Regimento, requeremos a V. Exa. e á Mesa que admitam o presente requerimento e que seja objecto de discussão e deliberação nesta sessão.

Os Membros da Bancada

Rita Correia
[Signature]
[Signature]

[Signature]
José Colares
[Signature]



PROPOSTA

Considerando:

- 1) Que o Plano Diretor Municipal em vigor data de 1995;
- 2) Que vários prazos para a sua revisão já foram ultrapassados;
- 3) Que decorrem trabalhos técnicos para a sua revisão há cerca de dez anos;
- 4) Que o atual executivo ainda não se pronunciou, perante esta Assembleia, sobre as grandes linhas de orientação a que este processo de revisão deve obedecer;
- 5) Que, só com a revisão de PDM será possível disponibilizar mais terrenos para a construção de habitação e para outras atividades que podem contribuir para uma maior diversificação da economia do concelho;
- 6) Que fará todo o sentido que a Assembleia Municipal acompanhe todo este processo de revisão, tanto mais que este órgão terá de fazer uma apreciação final da proposta de revisão do PDM.

Face aos considerandos e ao abrigo do ponto 2 do art 28 do Regimento desta Assembleia, o grupo municipal da Coligação Albufeira é TUA propõe a constituição de uma Comissão de Acompanhamento para a revisão do PDM, com a participação de todas as forças políticas representadas nesta Assembleia.

Albufeira, 30 de junho de 2026

O Grupo Municipal da Coligação Albufeira e TUA


Rita Coelho


José Carlos


Rui Costa



Pedido de informação, escrita

Considerando que na Assembleia de 29/4 e na presente, 30/6, coloquei questões ao sr. presidente da Câmara que não foram respondidas; assim, solicito o esclarecimento necessário às questões levantadas, designadamente:

- 1) Número de funcionários suspensos do serviço;
- 2) Destes, quantos regressaram ao serviço efectivo e quantos estão de baixa;
- 3) Se deconem, e quantos, processos de adaptação ou de requalificação;
- 4) Quantos funcionários foram demitidos e quantos foram nomeados para cargos de chefia por iniciativa deste executivo.
- 5) Qual o valor das indemnizações já pagas a funcionários demitidos/exonerados.

Domingos Coelho
 O Grupo Municipal de Coligados
 Albufeira e TUA

Albufeira, 30 Junho 2026